

**Acordos Coletivos de
Trabalho 2021-2022 Unimed
Federação, Unicoopmed e
Unimed Central**

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001005/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/05/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR016077/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.105247/2022-75
DATA DO PROTOCOLO: 29/04/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND PROF ENF TEC DUCH MAS EMP HOSP CASAS SAUDE RS, CNPJ n. 92.962.745/0001-50, neste ato representado(a) por seu ;

E

UNIMED/RS - FEDERACAO DAS COOPERATIVAS DE ASSISTENCIA A SAUDE UNIMED E COOPERATIVAS DE MEDICOS UNIMED DO RIO GRANDE DO SUL LTDA, CNPJ n. 33.014.397/0001-20, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2021 a 30 de abril de 2022 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas e empregados em hospitais e casas de saúde**, com abrangência territorial em **Porto Alegre/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Reconhecem as partes que à categoria profissional foi concedido, a título de correção salarial, o percentual de 7% (sete por cento), a contar de 1º de maio de 2021, calculado sobre o salário de 30 de abril de 2021, consoante os princípios da livre negociação estabelecidos na legislação vigente.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA QUARTA - ANTECIPAÇÃO DA 1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO

A empregadora compromete-se a liberar 50% (cinquenta por cento) do 13º (décimo terceiro) salário do ano em curso, para os empregados que saírem em férias no período compreendido entre os meses de janeiro a junho, desde que solicitado com antecedência de até 20 (vinte) dias. O valor restante será pago no prazo legal.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Os empregados farão jus ao adicional de tempo de serviço que será pago a cada cinco (5) anos de trabalho na cooperativa, seguindo-se as regras abaixo:

Parágrafo primeiro: Os admitidos até 31.07.2018, farão jus ao percentual de 1%(um por cento) do salário base ao ano, até que complete 5 (cinco) anos, perfazendo um total de 5%(cinco por cento), cujo pagamento se dará a partir do segundo ano da contratação, iniciando-se a partir daí, nova contagem, até atingir o teto limite de 15%(quinze por cento).

Parágrafo Segundo: O pagamento de que trata o parágrafo primeiro, corresponderá a de 2% (dois por cento) de forma acumulada quando completados os primeiros dois anos de trabalho, e a partir daí será pago 1%(um por cento) ao ano até que se complete o percentual de 5%(cinco por cento).

Parágrafo Terceiro: Para os contratos de trabalho que em 01.05.2018, já tenham alcançado percentuais superiores ao teto de 15%(quinze por cento), em razão do tempo da contratualidade, terão garantidos os percentuais alcançados, e permanecerão nestes patamares.

Parágrafo Quarto: Contratos celebrados a partir de 01.08.2018, iniciarão a contagem do período de 5(cinco) anos na data em que forem admitidos, o que lhes dará o direito de receber depois de cumprida esta carência, o valor equivalente a 5%(cinco por cento) de seu salário base, iniciando-se a partir daí, nova contagem, até atingir o teto limite de 15%(quinze por cento).

Parágrafo Quinto: Nenhuma gratificação, adicional, benefício pecuniário, participação em resultados ou remuneração de horas extras será incluída no valor do salário-base, para efeito de apuração do Adicional por Tempo de Serviço.

Outros Adicionais

CLÁUSULA SEXTA - QUEBRA DE CAIXA

Será concedida uma gratificação, a ser paga mensalmente, a título de quebra-de-caixa, para todos os empregados que tenham responsabilidade em atividades no trato e controle de numerários, no valor de 5% (cinco por cento) do salário base.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SÉTIMA - VALE REFEIÇÃO

É concedido aos empregados da UNIMED/RS, mensalmente, a título indenizatório, vale-refeição sob forma de vale refeição ou vale alimentação, conforme a escolha de cada um, correspondente ao valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), por dia útil de trabalho mensal, obedecidos os descontos previstos no parágrafo quarto dessa cláusula.

Parágrafo Primeiro: Para os Jovens Aprendizizes será concedido, mensalmente, vale-refeição no valor de R\$ 12,60 (doze reais e sessenta centavos), por dia útil de trabalho, observados os descontos previstos no parágrafo quarto dessa cláusula.

Parágrafo Segundo: Para os empregados com jornada de trabalho diária inferior a 08 (oito) horas, será concedido mensalmente o Vale Refeição no valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), por dia de trabalho, observados os descontos previstos no parágrafo quarto desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: O benefício do vale-refeição será mantido durante o afastamento do empregado (a), em caso de doença ou acidente de trabalho, até o décimo quinto (15º) dia.

Parágrafo Quarto: Os valores serão compartilhados entre a Empresa, os Empregados e os Jovens Aprendizizes, com participação de 10% do valor de seu custeio, por parte dos beneficiados, mediante desconto em folha, calculado sobre o valor total dos vales concedidos no mês.

CLÁUSULA OITAVA - VALE ALIMENTAÇÃO

A UNIMED/RS concede a seus empregados, em efetivo exercício, sem caráter remuneratório ou salarial, diretamente aos seus empregados, um auxílio alimentação no valor de R\$ 863,96 (oitocentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos).

Parágrafo Primeiro: Os valores serão compartilhados entre a empresa e os empregados, que participarão com 1% do valor concedido, mediante desconto em folha.

Parágrafo Segundo: A concessão do auxílio alimentação, previsto no caput desta cláusula, não se estenderá aos Jovens Aprendizizes e, será efetivado por intermédio de cartão magnético a ser providenciado e custeado pela empregadora.

Parágrafo Terceiro: O benefício do vale alimentação será mantido durante o afastamento do empregado (a), em percepção do auxílio doença, conforme o caso, até o sexto (6º) mês de afastamento.

CLÁUSULA NONA - VALE-REFEIÇÃO EM HORA EXTRA

A empregadora proporcionará, vale-refeição no seu valor integral, sem caráter remuneratório ou salarial e nos moldes habituais de participação, aos seus empregados, que estendam sua jornada de trabalho, através de jornada extraordinária, por período superior a 02 (duas) horas, a partir do término da jornada normal de trabalho.

Parágrafo Primeiro: Para o horário extraordinário dos empregados em geral referido na Cláusula 17 do presente acordo, cujo trabalho venha a ser realizado em sábados, domingos e feriados, o empregado somente terá direito ao vale-refeição de que trata o caput dessa cláusula, caso realize jornada por período superior a 04 (quatro) horas consecutivas.

Parágrafo Segundo: Os vales-refeição previstos nesta cláusula, referentes ao horário extraordinário, serão fornecidos ao empregado, juntamente com os vales do horário normal, no mês imediatamente seguinte ao da realização das horas extraordinárias, e descontados na forma do parágrafo primeiro da cláusula sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA - ASPECTO LEGAL

Tendo em vista o caráter indenizatório, e considerando o fim social das cláusulas que estabelecem pagamento de vale alimentação/vale refeição, auxílio alimentação, os referidos pagamentos não serão considerados salário, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO

A empregadora participará no custeio da educação de seus empregados, que tenham contrato de trabalho com ela firmado no mínimo há um (1) ano, nos cursos do ensino fundamental, médio, graduação, pós-graduação na modalidade de especialização ou mestrado, observado o disposto nos parágrafos seguintes:

Parágrafo Primeiro: Para custeio em cursos de pós-graduação ou mestrado, a escolha do colaborador deverá incidir em um ou outro curso e o benefício será auferido em apenas uma oportunidade.

Parágrafo Segundo: A participação da empregadora, no custeio da educação de seus empregados, ficará limitada aos seguintes níveis de ensino e respectivos valores:

Ensino Fundamental e Médio	R\$ 324,10 por mês
Nível de Graduação	R\$ 959,14 por mês equivalente ao valor para 20 créditos
Pós-graduação na modalidade de especialização ou Mestrado.	R\$12.652,35 por curso

Parágrafo Terceiro: O auxílio previsto no parágrafo anterior, para graduação universitária, incluindo os tecnólogos, ficará limitado aos seguintes cursos:

- I. Administração de Empresas;
- II. Administração Hospitalar;
- III. Ciências Contábeis;
- IV. Ciências da Computação;
- V. Ciências Econômicas;
- VI. Ciências Atuariais;
- VII. Ciências Jurídicas;
- VIII Comunicação Social, nas especialidades de Jornalismo; Publicidade e Relações Públicas;
- IX. Psicologia;
- X. Serviço Social e
- XI. – Enfermagem.

Parágrafo Quarto: Os cursos pós-graduação na modalidade de especialização ou Mestrado, contemplados no presente acordo estarão cumulativamente sujeitos a aprovação do empregador, deverão estar relacionados com a listagem do parágrafo anterior e, relacionados com a atividade desenvolvida no setor em que o empregado estiver trabalhando.

Parágrafo Quinto: A participação da empregadora fica restrita ao número de anos ou semestres em que é originariamente oferecido o curso, sendo que, para graduação universitária, haverá tolerância de dois (2) semestres, devendo o empregado, quando solicitar o custeio, comprovar, com documentação emitida pela entidade promotora do curso, o tempo previsto para a sua conclusão.

Parágrafo Sexto: Na tolerância prevista no parágrafo anterior dessa cláusula, estão incluídas eventuais suspensões (trancamento) de matrícula, sendo que os dois (2) semestres serão computados quando ocorrerem de forma corrida ou intercalada.

Parágrafo Sétimo: A concessão do auxílio-educação, ainda, estará sujeito às seguintes condições:

- I. Concessão da integralidade do valor no caso do empregado cursar 20 créditos por semestre, sendo que para número superior ou inferior, o valor será proporcional aos créditos efetivamente cursados e documentalmente comprovados pelo empregado, quando solicitar o benefício;
- II. Concessão de valores calculados de forma proporcional, no caso do empregado cursar número de créditos superior ou inferior a 20 (vinte), por semestre, situação em que será considerado para cada crédito o valor de R\$ 47,96 (quarenta e sete reais, noventa e seis centavos).
- III. Aos empregados que já estejam com o curso em andamento ou suspenso, sem a percepção do auxílio, será ele concedido para o período oficial que faltar para a conclusão do curso, mediante comprovação a ser feita pelos mesmos, dos créditos das disciplinas cursadas e do tempo que resta para a sua conclusão;

IV. A interrupção ou suspensão do contrato de trabalho, em qualquer das suas modalidades, por período superior a 90 (noventa) dias, implicará na interrupção do pagamento do auxílio-educação;

V. O auxílio é limitado a 1(um) curso de graduação e, 1(um) curso de pós-graduação ou especialização, sendo que nos cursos promovidos pela área de Desenvolvimento Humano da empregadora, a participação fica sujeita a prévia aprovação do Diretor da área onde trabalha o empregado e, da Diretoria Administrativa;

VI. Fica a critério do empregado, a escolha pela participação em curso de graduação ou especialização, dentre aqueles promovidos pela área de Desenvolvimento Humano ou, por outra instituição de ensino de seu interesse, desde que observados os critérios ajustados no parágrafo terceiro desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO

Fica estabelecido que os cursos oferecidos gratuitamente pelo empregador, ou com estipêndio parcial, mediante prévia solicitação por parte do empregado e autorizados previamente pela empregadora, quando realizados durante jornada de trabalho, serão computados como hora trabalhada normal, sem descontos e, quando realizados fora da jornada de trabalho, não darão direito ao pagamento de horas extraordinárias.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Os empregados farão jus, conforme regulamento anexo, à assistência médica através do CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, COLETIVO POR ADESÃO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, devidamente registrado na Agência Nacional de Saúde – ANS, levando-se em conta, os seguintes valores de mensalidades de acordo com a faixa etária:

Faixa de Idade	Valor da Mensalidade
de 0 a 18 anos	R\$ 111,35
de 19 a 23 anos	R\$ 144,76
de 24 a 28 anos	R\$ 144,76
de 29 a 33 anos	R\$ 178,16
de 34 a 38 anos	R\$ 178,16
de 39 a 43 anos	R\$ 211,57
de 44 a 48 anos	R\$ 211,57
de 49 a 53 anos	R\$ 256,12
de 54 a 58 anos	R\$ 256,12
59 ou mais	R\$ 378,61

Parágrafo Primeiro: O empregado na condição de beneficiário titular, participará do valor de sua mensalidade com o percentual de 0,1% calculado sobre o valor de seu salário base.

Parágrafo Segundo: Observada a tabela abaixo, haverá, por parte do empregado, a participação no valor da mensalidade, no percentual de 50%(cinquenta por cento) para cada filho e, de 30%(trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento) para cada dependente inscrito regularmente pelo empregado titular, na condição de esposo(a), companheiro(a), desde que apresente a comprovação legal de existência de união estável.

Faixas Salariais dos Empregados – Salário Base + Gratificação de Função	Participação dos Empregados	Participação da Unimed/RS
até 06 Salários Mínimos	50%	50%
+ de 06 até 08 Salários Mínimos	55%	45%
+ de 08 até 12 Salários Mínimos	60%	40%
+ de 12 até 16 Salários Mínimos	65%	35%
+ de 16 Salários Mínimos	70%	30%

Parágrafo Terceiro: Os pais dos beneficiários titulares contratados até 30 de abril de 2019, poderão ser inscritos como dependentes no Plano de Saúde desde que sejam, comprovadamente, seus dependentes legais, sem participação da empregadora nos valores das mensalidades. As taxas de participação das consultas e exames complementares devem ser assumidos integralmente pelo beneficiário titular.

Parágrafo Quarto: Para as novas contratações realizadas a partir de 1º de Maio de 2019, não será permitida a inclusão de pais como dependentes destes trabalhadores, no Plano de Saúde disponibilizado pela empregadora.

Parágrafo Quinto: Pela utilização do Plano de Assistência à Saúde em consultas, tanto o beneficiário titular quanto seus dependentes inscritos, participarão com o valor de R\$ 26,30(vinte e seis reais e trinta centavos) por consulta.

Parágrafo Sexto: A empregadora arcará com os valores de consultas com fisioterapia e fisioterapia excedentes às previstas no benefício assistencial à saúde, quando realizadas por seus empregados e decorrentes de Lesão por Esforço Repetitivo, comprovada por laudo de médico credenciado, sem que esta extensão assistencial signifique reconhecimento de moléstia ocupacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MANUTENÇÃO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À SAÚDE

No caso de aposentadoria, mesmo que por invalidez, e outros desligamentos, desde que solicitado formalmente, nos termos do disposto nos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, poderá ser mantido o Plano Assistencial à Saúde, obedecidos os prazos e condições da referida Lei.

Parágrafo Único: No caso de manutenção do benefício assistencial à saúde, nos termos do caput da presente cláusula, os empregados, seus dependentes, cônjuges, companheiros/companheiras e pais, arcarão com os valores integrais das mensalidades previstas na cláusula 12 e despesas de utilização do Plano Assistencial à Saúde, em valores iguais àqueles praticados pela Unimed em relação aos demais usuários empregados, devendo o empregado assinar um termo de compromisso com a UNIMED FEDERAÇÃO/RS, quanto à responsabilidade assumida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Fica mantido o plano de assistência odontológica atualmente instituído pela UNIMED FEDERAÇÃO/RS em parceria com a UNIODONTO.

Parágrafo Único: Os empregados participarão com o percentual de 0,05% (zero virgula zero cinco por cento) do valor da mensalidade do plano odontológico, e para inclusão e utilização de dependentes será o empregado responsável pelo pagamento da respectiva mensalidade de cada dependente incluído.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE

Fica estabelecido o pagamento, pela UNIMED/RS, respeitado o teto máximo de R\$ 840,44 (oitocentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), ao (a) empregado (a), inclusive casais homoafetivos, que tenham filhos com idade de até 06 (seis) anos, de auxílio-creche no valor de 60% (sessenta por cento) da mensalidade e da matrícula paga pelo (a) empregado (a) para manutenção de seus filhos na creche, obedecidos os parágrafos desta cláusula.

Parágrafo Primeiro: Será assegurado o pagamento do benefício até o final do ano letivo em curso para os filhos que completarem os 6 anos de idade no período de 1º de abril até 30 de dezembro do respectivo ano.

Parágrafo Segundo: Será assegurado o pagamento do benefício até 31 de março do ano seguinte para os filhos que completarem 6 anos no período compreendido entre 31 de dezembro e 31 de março.

Parágrafo Terceiro: Para os empregados cuja esposa ou companheira trabalhe fora de casa, será igualmente concedido um auxílio-creche conforme valor constante no caput desta cláusula, desde que a esposa não receba auxílio-creche ou benefício similar por parte de sua empresa-empregadora, ressalvado o disposto no parágrafo abaixo.

Parágrafo Quarto: A concessão do auxílio previsto no caput e no Parágrafo Primeiro desta cláusula, dependerá da aprovação prévia da empregadora, quanto ao ressarcimento do valor pago pelo (a) empregado (a) a título de mensalidade e matrícula na creche.

Parágrafo Quinto: As partes acordam que a concessão da vantagem contida no "caput" desta cláusula atende ao disposto nos Parágrafos 1º e 2º do artigo 389 da CLT, da Portaria nº1, baixada pelo Diretor Geral Do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, em 15.01.1969, D.O.U. DE 24.01.69, bem como nas Portarias nº 3.296, de 03.09.86 e 670, de 20.08.97, do Ministério do Trabalho.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA

A empregadora manterá junto à seguradora de sua escolha, seguro de vida para todos empregados regularmente a seu serviço.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORÁRIO DE TRABALHO

O horário de trabalho dos empregados da UNIMED/RS, em decorrência desse acordo coletivo de trabalho, será de Segunda a Sexta-feira, nos seguintes horários:

Empregados em geral: das 08:00 às 12:10 e das 13:30 às 18:08;

Estágio Jovens Aprendizizes: das 08:00 às 12:00, das 13:30 às 17:30 e das 14:00 às 18:00;

Operador de teleatendimento: A duração da jornada de trabalho dos empregados operadores em teleatendimento (call center), em regime de escala de trabalho a ser implementada pelo empregador e afixada no local de trabalho, com antecedência mínima de 15 dias, será de 36 (trinta e seis) horas semanais, com uma folga por semana, recaindo uma delas em domingo ao menos uma vez por mês.

Porteiros: Jornada 12 x 36 (escalas). Por interessar a ambas as partes e porque as características que envolvem as atividades dos porteiros adotam, exclusivamente, para os empregados que trabalham no Setor de Portaria, a implantação do regime de escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

Parágrafo Primeiro: As horas excedentes à oitava hora, de cada jornada dos empregados do Setor de Portaria, não serão consideradas extraordinárias.

Parágrafo Segundo: A jornada no regime de escala 12 x 36, será praticada em turnos das 07:00 às 19:00 e das 19:00 às 7:00, com 1 (uma) hora de intervalo destinada a alimentação e repouso na escala.

Parágrafo Terceiro: O setor de Serviços Gerais poderá ter empregados com horário de trabalho das 07:00 às 11:10 e das 12:30 às 17:08, a fim de suprir as necessidades do setor, respeitando a jornada diária de 08 horas e 48 minutos.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

Com objetivo de ser dispensado o trabalho aos sábados, estipula-se a jornada compensatória de 48 (quarenta e oito) minutos diários, a serem trabalhados de Segunda a Sexta-feira, sempre respeitado o limite da jornada de trabalho semanal de 44h (quarenta e quatro) horas, sem que esse acréscimo seja considerado como horas extras, desde que atendido o requisito de autorização prévia previsto no art. 60 da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS

A duração diária de trabalho dos empregados, tal como prevista na cláusula 18ª deste acordo, poderá ser acrescida de horas suplementares, sem acréscimo adicional de horas extraordinárias, na modalidade de COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS, nos termos das cláusulas subseqüentes, integrantes deste acordo.

Parágrafo Primeiro: A modalidade COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS somente será válida e aplicável para os empregados que registram suas jornadas de trabalho.

Parágrafo Segundo: Somente serão considerados para o SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS os primeiros 72 (setenta e dois) minutos das horas extras realizadas nos dias úteis, sendo que a hora extra que ultrapasse estes minutos não será computada para efeitos do SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS, sendo paga na folha de pagamento mensal.

Parágrafo Terceiro: Quando da realização de horas extras em sábados, domingos e feriados, somente serão consideradas para o SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS as 08 (oito) primeiras horas de trabalho.

Parágrafo Quarto: As horas extras que ultrapassem as 08(oito) primeiras horas de trabalho de que trata o caput da presente cláusula, não serão computadas para efeitos do SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS e o pagamento das mesmas, com os devidos acréscimos legais, serão pagas na folha de pagamento mensal.

Parágrafo Quinto: É de 44 (quarenta e quatro) horas semanais o limite máximo que pode ser lançado no SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS sendo que, alcançado este limite, todas as demais horas extras realizadas serão pagas, não podendo novas horas serem agregadas antes que haja a devida compensação.

Parágrafo Sexto: Cada hora lançada a crédito do SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS dará direito, ao empregado de compensar uma hora em horário normal de expediente.

Parágrafo Sétimo: Os períodos de apuração serão de 30 (trinta) dias e ocorrem nos dias 20 (vinte) de cada mês.

Parágrafo Oitavo: Os períodos de encerramento serão de 90 (noventa) dias e ocorrem nos dias 20 de março, 20 de junho, 20 de setembro e 20 de dezembro.

Parágrafo Nono: Os saldos credores serão pagos no mês de encerramento de cada período e os saldos devedores serão descontados igualmente no mês de encerramento de cada período.

Parágrafo Décimo: Apurando-se saldo credor a favor do empregado, no encerramento de cada período, as horas constantes no SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS serão pagas com os adicionais legais e com base no valor do salário da efetiva data do pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro: Apurando-se, no mesmo período, saldo devedor contra o empregado, será este descontado do salário, levando em conta o valor da hora normal, exceto nos períodos finais de apuração de 30.04.2022.

Parágrafo Décimo Segundo: Ocorrendo pedido de demissão, formulado pelo empregado antes de um período de apuração, o saldo será apurado e havendo saldo credor ou devedor, o pagamento ou o desconto, se for o caso, será procedido junto com a rescisão do contrato de trabalho.

Parágrafo Décimo Terceiro: Sendo rescindido o contrato de trabalho por iniciativa de empregadora, esta não poderá cobrar o saldo devedor do empregado, nem mesmo através do mecanismo de compensação e o pagamento do saldo credor, se for o caso, será realizado quando da rescisão do contrato de trabalho.

Parágrafo Décimo Quarto: Tanto quanto não haverá desconto por faltas, pelo ingresso de empregado, com atraso de até 05 (cinco) minutos, em cada turno de trabalho, igualmente não será considerada, como extraordinária, a jornada excedente de 05 (cinco) minutos em cada turno, tal como registrada, nem os 15 (quinze) minutos que antecederem aos horários de entrada.

Parágrafo Décimo Quinto: As horas extras realizadas serão calculadas com acréscimo de 50% sobre a hora normal para as primeiras duas horas; o adicional passará para 100% para as horas extras que excedam as duas primeiras horas, e será com acréscimo de 150% sobre a hora normal em relação às horas extras realizadas em domingos e feriados.

Parágrafo Décimo Sexto: Empregadoras e Empregados registram que sempre mantiveram a prática consubstanciada no sistema de SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS, antes denominado Banco de Horas, desde o ano de 2001.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPENSA DE REGISTRO DE PONTO NO HORÁRIO DE INTERVALO INTRAJORNADA

Sem que haja qualquer supressão de tempo do intervalo intrajornada, a empresa poderá dispensar a marcação de cartão ponto nos períodos de intervalo intrajornada.

Parágrafo Primeiro: Não serão consideradas horas extraordinárias a permanência do empregado nas dependências da empresa para exercer atividades particulares (descanso, estudo, lazer, alimentação, atividades de relacionamento pessoal, higiene pessoal, troca de roupas ou uniforme).

Parágrafo Segundo: Fica o empregado obrigado a proceder ao registro de ponto na eventualidade de permanecer nas dependências da empresa, sempre que estiver efetivamente à disposição do empregador, executando ou aguardando ordens.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FÉRIAS

A empregadora complementarará em valores correspondentes até limite de 50% (cinquenta por cento) da remuneração base de cada empregado o abono salarial referente a 1/3 (um terço) das férias, cujos valores serão alcançados juntamente com o pagamento das férias.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - INICIO DO GOZO DE FÉRIAS

O período de gozo de férias, individuais ou coletivas, não poderá iniciar no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado, nos termos do art. 134 § 3º da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PARCELAMENTO DE FÉRIAS

As férias de 30(trinta) dias, com a anuência dos responsáveis pelas áreas, poderão ser gozadas de forma parcelada em três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias, e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos.

Parágrafo Único: As férias, ou parte delas, não poderão ser gozadas após o vencimento do segundo período.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - LICENÇA GESTANTE

Por fazer parte do Programa Empresa Cidadã, é garantido à empregada a prorrogação por 60(sessenta) dias da licença maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro: Para usufruir da prorrogação de que trata o caput da presente cláusula, deverá a empregada requerer o benefício até o final do primeiro mês após o parto e sua concessão ocorrerá a partir do dia subsequente ao término da vigência da licença-maternidade.

Parágrafo Segundo: Sob pena de perda do direito à prorrogação, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada no período de licença-maternidade e o filho ou filha deverá ser mantida sob os cuidados da mãe.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA PATERNIDADE

Fica assegurado aos empregados a licença paternidade pelo prazo de 10 dias a contar da data do nascimento do filho, desde que devidamente comprovado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA DE ANIVERSÁRIO

Desde 1º de maio de 2006, os empregados estão dispensados de comparecer ao trabalho no dia de seu aniversário, sem prejuízo de seu salário, férias, banco de horas e demais direitos trabalhistas.

Parágrafo Único: Fica autorizado o gozo da dispensa do trabalho em razão do aniversário do empregado em outro dia de escolha do trabalhador, quer por motivo de troca ou por coincidir com Sábados, Domingos ou feriados, desde que previamente ajustado com sua liderança.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA POR FALECIMENTO

Os empregados poderão deixar de comparecer ao trabalho, sem prejuízo da remuneração, no prazo de 5(cinco) dias consecutivos por ocasião do falecimento de cônjuge, filhos, pais, irmãos ou pessoa declarada como dependente em sua CTPS ou Declaração de Imposto de Renda.

Parágrafo Único: A referida licença será acrescida de 1(um) dia caso as cerimônias fúnebres sejam realizadas fora da grande Porto Alegre ou região metropolitana.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PROGRAMA DE GINÁSTICA LABORAL

As partes reconhecem que a empregadora possui à disposição de seus empregados um programa de ginástica laboral, para prevenir sobrecarga psíquica, muscular estática de pescoço, ombros, dorso e membros superiores, durante 15 (quinze) minutos, três dias por semana, sendo facultativa ao empregado a sua participação.

Parágrafo Único: O tempo da ginástica laboral, limitado a 15 (quinze) minutos – não será incluído nas pausas e intervalos estabelecidos.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REMOÇÃO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A empregadora firmará contrato de prestação de serviços com terceiros, visando implantação de um serviço de remoção e transporte terrestre de emergência e urgência (SOS), obrigando-se a nele incluir, sem ônus, seus empregados e a permitir que os mesmos incluam seus dependentes legais, contanto que se responsabilizem pelo custeio, integral, dos valores decorrentes desta inclusão.

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA DE DIRIGENTE SINDICAL

Desde que comunicado expressamente com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, o empregador deverá dispensar o empregado Dirigente Sindical, sem prejuízo de sua remuneração, a pedido do Sindicato obreiro.

Parágrafo Único: A dispensa de que trata a presente cláusula, fica limitada a uma oportunidade por mês e a um Dirigente Sindical, exceto quando comprovadamente se tratar de participação em audiências ou eventos condizentes com a função.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA CONTRIBUIÇÃO/QUOTA NEGOCIAL AO SINDICATO PROFISSIONAL

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista as recentes alterações promovidas pela Lei 13.467/17, considerando que o sindicato representa a toda a categoria e não somente aos associados da entidade, inclusive ao firmar o presente Acordo Coletivo de Trabalho, beneficiando os representados por este instrumento coletivo, bem como o fato de que ainda recai sobre a entidade sindical todas as obrigações previstas no artigo 514 da CLT, o empregador procederá de todos os seus empregados representados pelo sindicato profissional acordante, desconto à título de quota negocial 2021 equivalente a um dia de trabalho, a incidir sobre o salário de competência de dezembro de 2021, já reajustado, valor a ser descontado na folha de pagamento do mesmo mês.

Parágrafo Primeiro: Ficam isentos da quota negocial relativa ao ano de 2021 os trabalhadores que contribuíram com a contribuição sindical prevista no artigo 579 da CLT referente a este mesmo ano e os sócios do sindicato.

Parágrafo Segundo: Os valores deverão ser recolhidos ao sindicato profissional, mediante guias ou recibos próprios, documentos esses que deverão estar acompanhados da relação nominal dos empregados, com indicação dos valores individuais descontados.

Parágrafo Terceiro: O recolhimento é de responsabilidade do empregador e deverá ser procedido até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto, sob pena de pagamento de multa de 2% (dois por cento), além da correção monetária e juros.

Parágrafo Quarto: Qualquer controvérsia envolvendo a quota negocial será de responsabilidade do sindicato dos trabalhadores, eximindo-se a UNIMED/RS – FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE UNIMED E COOPERATIVAS DE MÉDICOS UNIMED DO RIO GRANDE DO SUL LTDA de qualquer encargo nesse sentido. Na eventualidade de o empregador da categoria econômica ser demandado judicialmente por um empregado por conta da quota ora prevista, visando o ressarcimento desta, a entidade profissional poderá ser chamada ao processo como litisconsorte passivo. Havendo o chamamento, e mesmo na hipótese de não haver deferimento judicial deste, caso haja condenação, com trânsito em julgado, e comprovado que o empregador promoveu efetiva defesa judicial, o sindicato obreiro será responsável pela devolução do desconto procedido a este título nos termos e critérios da condenação.

Parágrafo quinto: Fica vedada qualquer conduta antisindical por parte do empregador que incentive ou favoreça o trabalhador a apresentar o termo de oposição junto ao sindicato profissional. Uma vez comprovada

a conduta através de declaração judicial, será devida ao sindicato profissional uma multa de 10% (dez por cento) dos recolhimentos devidos pela totalidade dos trabalhadores representados pelo sindicato acordante que laboram na empresa.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - APLICAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

As regras reproduzidas no presente acordo estipulam em caráter normativo as condições de trabalho aplicáveis às relações trabalhistas firmadas, exclusivamente, entre a Unimed/RS – Federação das Cooperativas Médicas do RS Ltda e seus empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ULTRATIVIDADE DA NORMA COLETIVA

As partes ajustam que todas as cláusulas do presente acordo coletivo de trabalho estarão asseguradas após a data base e permanecerão em vigor até a celebração de novo instrumento coletivo.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PENALIDADE

O não cumprimento de quaisquer dispositivos do presente acordo penalizará a empregadora, em relação ao(s) empregado(s) prejudicado(s), com multa indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da prestação pecuniária não satisfeita.

JULIO CESAR JESIEN

Presidente

SIND PROF ENF TEC DUCH MAS EMP HOSP CASAS SAUDE RS

NILSON LUIZ MAY

Administrador

**UNIMED/RS - FEDERACAO DAS COOPERATIVAS DE ASSISTENCIA A SAUDE UNIMED E
COOPERATIVAS DE MEDICOS UNIMED DO RIO GRANDE DO SUL LTDA**

ANEXOS
ANEXO I - PLANO ASSISTENCIAL UNIMED RS

I. BENEFÍCIOS

1.1 Observado o disposto neste Regulamento, os beneficiários do Plano Assistencial farão jus aos seguintes serviços:

- a) prestação de serviços de atendimentos e consultas médicas,
- b) prestação de serviços urgentiais, nos prontos-atendimentos e demais serviços credenciados pela EMPREGADORA;
- c) exames necessários ao diagnóstico;
- e) serviços ambulatoriais e
- f) internações hospitalares.

1.2. As pequenas cirurgias, entendidas como aquelas com porte anestésico igual a zero, igualmente poderão realizar-se, a juízo do médico cooperado, no seu próprio consultório.

1.3. Os profissionais associados, suas especialidades médicas, os ambulatórios, serviços e hospitais, próprios e credenciados, são aquelas constantes do manual "Guia de Orientação ao Usuário", adiante denominado simplesmente Guia, entregue em anexo ao presente contrato, onde recairá a livre escolha do usuário.

1.3.1. O Guia será renovado periodicamente, competindo ao beneficiário informar-se, perante o médico associado e perante a COOPERATIVA, das alterações verificadas entre uma edição e outra, para fins de exercício regular dos direitos conferidos por este instrumento, ressalvadas as hipóteses contratuais específicas relativas aos serviços credenciados.

1.4. O atendimento de urgência dos usuários será feito através de serviços de pronto-atendimento ou dos serviços de urgência hospitalar e ambulatorial, credenciados para este tipo de atendimento, sempre observadas às exclusões de cobertura e as carências previstas neste regulamento.

1.5. Os beneficiários terão direito a exames diagnósticos e tratamentos ambulatoriais, nos termos das cláusulas deste Regulamento, fora dos casos em que estiverem internados em hospital, a serem prestados por pessoas físicas e jurídicas credenciadas ou diretamente prestados por integrantes a própria estrutura operacional de propriedade da EMPREGADORA, sempre observados os limites deste Regulamento.

1.6. Os exames e tratamentos ambulatoriais, que sejam solicitados por médicos, enquanto necessários ao seu diagnóstico, e que serão cobertos por este contrato, são aqueles incluídos no rol de procedimentos anexo, vigente ao tempo de edição deste.

1.7. Os serviços de exames e análises clínicas serão realizados somente nos laboratórios credenciados ou próprios da EMPREGADORA.

1.8. Se os laboratórios credenciados ou próprios da UNIMED não contarem, em sua estrutura de prestação de serviços, com algum exame ou alguma análise coberta pelo presente contrato, os beneficiários, mediante autorização especial e prévia da EMPREGADORA, poderão realizar o serviço em outro laboratório da rede credenciada pela última.

2.1. Os benefícios aqui previstos excluem atendimento nos hospitais de tabelas próprias.

2.2. As pequenas cirurgias poderão realizar-se, a juízo exclusivo do médico, nos ambulatórios próprios ou locados da EMPREGADORA, ou ainda no próprio consultório do médico, sempre sendo necessária autorização prévia da última.

2.3. Observadas as limitações e exclusões, bem como o procedimento de obtenção da Autorização de Internação Hospitalar (AIH), o atendimento a ser realizado por médico cooperado, de cooperativa filiada à EMPREGADORA, nas hipóteses de internação, terá cobertura nos seguintes termos:

2.3.1. Eventos previstos no Rol de Procedimentos, anexo ao presente instrumento;

2.3.2. despesas hospitalares em acomodações semiprivativas, nos hospitais próprios ou credenciados da EMPREGADORA;

2.3.3. despesas com diárias de acompanhantes de menores de 18 (doze) anos e maiores de 60 (sessenta anos) anos, durante o período de internação contratualmente coberto;

2.3.4. despesas com serviços normais de enfermagem, durante o período de internação contratualmente coberto;

2.3.5. despesas com salas de cirurgia e parto, durante o período de internação contratualmente coberto;

2.3.6. despesas com materiais hospitalares e medicamentos previstos, durante o período de internação contratualmente coberto;

2.3.7. despesas de exames contratualmente previstos, contanto que requisitados pelos médicos cooperados, no período de internação contratualmente coberto;

2.3.8. tratamentos fisiátricos ou fisioterápicos, nos limites do presente contrato;

2.3.9. os serviços aqui convencionados serão prestados nos hospitais próprios da EMPREGADORA ou nos hospitais pela mesma credenciados, os quais serão escolhidos, pelo médico cooperado, com exceção daqueles expressamente excluídos deste contrato.

3. Estão expressamente excluídos deste Regulamento, não gerando direito a qualquer tipo de cobertura, sem prejuízo das limitações previstas nas cláusulas subseqüentes:

3.1. tratamentos clínicos e cirúrgicos experimentais

3.2. procedimentos clínicos, cirúrgicos, órteses e próteses para fins estéticos;

3.3. inseminação artificial;

3.4. tratamentos de rejuvenescimento ou emagrecimento com finalidade estética;

3.5. fornecimento de materiais, próteses, órteses, stents e medicamentos estrangeiros, ou que não estejam nacionalizados, condicionada esta exclusão à existência de similar nacional, bem como de todo e qualquer tipo de medicamento para tratamento domiciliar;

3.6. fornecimento de próteses, órteses, stents e acessórios quando não ligado ao ato cirúrgico e próteses, órteses, stents e acessórios importados mesmo ligados ao ato cirúrgico quando existir similar nacional registrado junto ao órgão ou entidade pública competentes;

3.7. todo e qualquer procedimento odontológico realizado por odontólogo;

3.8. toda e qualquer cobertura ligada à Medicina Ocupacional e ao Acidente de Trabalho;

3.9. todo e qualquer procedimento que contrarie o Código de Ética médica; e

3.10. nos serviços ambulatoriais oferecidos:

a) todo e qualquer procedimento que implique baixa ou mesmo mais de doze horas de permanência em estabelecimento hospitalar;

b) procedimentos diagnósticos de qualquer natureza, bem como qualquer tipo de terapêutica na especialidade de Hemodinâmica;

c) procedimentos que exijam qualquer forma de anestesia distinta da anestesia local, da sedação ou do bloqueio e que necessitem, para realizar-se, de internação hospitalar;

d) quimioterapia intratecal;

e) quimioterapia que demande qualquer tipo de internação;

f) radiomoldagens;

g) radio-implantes;

h) braquiterapia;

i) nutrição enteral ou parenteral;

j) embolizações e

k) radiologia intervencionista.

4. Este regulamento cobre os atendimentos nele previstos, desde que realizados nos serviços médicos cooperativados e serviços auxiliares credenciados existentes no território Nacional.

4.1. A indisponibilidade dos serviços oferecidos nos serviços médicos cooperativados e serviços auxiliares próprios ou credenciados dará direito ao beneficiário de ser atendido em local referenciado pela EMPREGADORA, a expensas da última.

5. Excluem-se do presente os atendimentos domiciliares.

6. É garantido o atendimento em virtude de transtornos psiquiátricos codificados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), nas formas previstas a seguir:

6.1. emergências, preferencialmente em instalações ambulatoriais;

6.2. psicoterapia de crise, limitada ao prazo máximo de 12 (doze) semanas e sendo limitado a 12 (doze sessões) por ano, não cumulativas;

6.3. no máximo 30 (trinta) dias de internação anual em hospital psiquiátrico ou unidade de enfermagem psiquiátrica em hospital geral, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise e 8 (oito) semanas anuais de tratamento, não cumulativas, em regime de hospital-dia;

6.4. Para os diagnósticos F00 a F09, F20 a F29, F70 a F79 e F90 a F98 relacionados no CID 10, limita-se a 180 (cento e oitenta) dias anuais de tratamento, não cumulativas, em regime de hospital-dia;

6.5. no máximo 15 (quinze) dias de internação anual em hospital geral, para portadores de quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo, ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização.

7. Este Regulamento somente prevê assistência aos transplantes de rim e córnea, as quais compreendem: despesas médico-hospitalares com doadores vivos; medicamentos utilizados durante a internação; despesas médicas e hospitalares da internação; acompanhamento clínico no pós-operatório, excluindo-se os medicamentos de manutenção e despesas de captação, transporte e preservação de órgãos, no território nacional, caso existentes.

7.1. É condição indispensável, para transplantes previstos neste Regulamento a inscrição prévia, por conta própria, do usuário, em uma das Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos da Administração Pública, com inteira sujeição aos critérios legais de fila única de espera e de seleção.

7.2. Excetuadas as hipóteses previstas expressamente neste Regulamento, os serviços aqui previstos somente serão prestados nos consultórios dos médicos sócios de uma cooperativa UNIMED e nos serviços

hospitalares e de urgência credenciados pela mesma Cooperativa, o que significa dizer que as coberturas deste Regulamento Assistencial não abrangem despesas junto a médicos não cooperados e pagamentos de serviços efetuados em entidades que não sejam credenciadas.

7.3. Na hipótese de encontrar-se o beneficiário necessitado de atendimento de urgência ou emergência, em localidade na qual não exista UNIMED ou, mesmo existindo, não disponha de terapêutica necessária e coberta por este contrato, terá direito a ressarcir-se dos seus custos, neles se incluindo a remoção, no território nacional, quando ficar caracterizada, a pedido do médico assistente, a falta de recursos para continuidade de atenção ou ao usuário, observado o disposto nos parágrafos desta cláusula.

7.4. Os valores de ressarcimento são aqueles praticados pela Empregadora nos contratos que celebra.

7.5. O usuário ou seu responsável deverão, na necessidade de remoção, realizar contato com a Empregadora, de forma a permitir que a mesma assuma a condução do processo de remoção.

7.6. O disposto quanto à remoção, aplica-se igualmente nas hipóteses de urgência e emergência, dentro da área de abrangência geográfica do contrato, na qual for impossível a continuidade do atendimento, no local inicialmente procurado pelo usuário, contanto que o mesmo não possa, sem risco de vida, auto locomover-se.

7.7. O pedido de reembolso será instruído mediante a apresentação, pelo usuário, dos recibos originais da despesa, cópias do relatório médico que contenha a descrição do diagnóstico e do procedimento recomendado e, quando for o caso, cópia dos laudos dos exames realizados.

7.8. A EMPREGADORA fornecerá documento de identificação aos beneficiários, que lhe permitam usufruir dos serviços aqui previstos

7.9. O documento de identificação é documento pessoal e intransferível do usuário, consistindo ato ilícito, passível de punições cíveis e trabalhistas, sua utilização por terceiros.

7.10. O beneficiário obriga-se a devolver os documentos de identificação uma vez excluídos seus dependentes ou no rompimento sem continuidade do contrato de trabalho mantido.

8. A internação hospitalar será concedida somente mediante solicitação escrita do médico responsável pela internação e autorizada, quando for o caso, por médico auditor da EMPREGADORA.

8.1. A EMPREGADORA mediante exibição do documento de que fala a cláusula 8.0, emitirá autorização de internação hospitalar (AIH) para a entidade hospitalar, própria ou credenciada.

8.2. emitirá autorização de internação hospitalar (AIH) para a entidade hospitalar, própria ou credenciada.

8.3. Nas hipóteses de internação hospitalar de urgência, poderá a mesma realizar-se mediante exibição de documento identificador do beneficiário, obrigando-se o mesmo ou seu representante a comparecer à sede da EMPREGADORA, no prazo improrrogável de dois (2) dias úteis, para obtenção do fornecimento da AIH.

8.4. Reserva-se a EMPREGADORA ao direito de não reconhecer a internação dita de urgência ou emergência, sempre que a mesma não tenha este característico.

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001008/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/05/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR016137/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.105249/2022-64
DATA DO PROTOCOLO: 29/04/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND PROF ENF TEC DUCH MAS EMP HOSP CASAS SAUDE RS, CNPJ n. 92.962.745/0001-50, neste ato representado(a) por seu ;

E

UNICOOPMED - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS DO RIO GRANDE DO SUL, CNPJ n. 08.771.044/0001-27, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2021 a 30 de abril de 2022 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas e empregados em hospitais e casas de saúde**, com abrangência territorial em **Porto Alegre/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Reconhecem as partes que à categoria profissional foi concedido, a título de correção salarial, o percentual de 7% (sete por cento), a contar de 1º de maio de 2021, calculado sobre o salário de 30 de abril de 2021, consoante os princípios da livre negociação estabelecidos na legislação vigente.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA QUARTA - ANTECIPAÇÃO DA 1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO

A empregadora compromete-se a liberar 50% (cinquenta por cento) do 13º (décimo terceiro) salário do ano em curso, para os empregados que saírem em férias no período compreendido entre os meses de janeiro a junho, desde que solicitado com antecedência de até 20 (vinte) dias. O valor restante será pago no prazo legal.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Os empregados farão jus ao adicional de tempo de serviço que será pago a cada cinco (5) anos de trabalho na cooperativa, seguindo-se as regras abaixo:

Parágrafo primeiro: Os admitidos até 31.07.2018, farão jus ao percentual de 1%(um por cento) do salário base ao ano, até que complete 5 (cinco) anos, perfazendo um total de 5%(cinco por cento), cujo pagamento se dará a partir do segundo ano da contratação, iniciando-se a partir daí, nova contagem, até atingir o teto limite de 15%(quinze por cento).

Parágrafo Segundo: O pagamento de que trata o parágrafo primeiro, corresponderá a de 2% (dois por cento) de forma acumulada quando completados os primeiros dois anos de trabalho, e a partir daí será pago 1%(um por cento) ao ano até que se complete o percentual de 5%(cinco por cento).

Parágrafo Terceiro: Para os contratos de trabalho que em 01.05.2018, já tenham alcançado percentuais superiores ao teto de 15%(quinze por cento), em razão do tempo da contratualidade, terão garantidos os percentuais alcançados, e permanecerão nestes patamares.

Parágrafo Quarto: Contratos celebrados a partir de 01.08.2018, iniciarão a contagem do período de 5(cinco) anos na data em que forem admitidos, o que lhes dará o direito de receber depois de cumprida esta carência, o valor equivalente a 5%(cinco por cento) de seu salário base, iniciando-se a partir daí, nova contagem, até atingir o teto limite de 15%(quinze por cento).

Parágrafo Quinto: Nenhuma gratificação, adicional, benefício pecuniário, participação em resultados ou remuneração de horas extras será incluída no valor do salário-base, para efeito de apuração do Adicional por Tempo de Serviço.

Outros Adicionais

CLÁUSULA SEXTA - QUEBRA DE CAIXA

Será concedida uma gratificação, a ser paga mensalmente, a título de quebra-de-caixa, para todos os empregados que tenham responsabilidade em atividades no trato e controle de numerários, no valor de 5% (cinco por cento) do salário base.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SÉTIMA - VALE REFEIÇÃO

É concedido aos empregados da UNICOOPMED, mensalmente, a título indenizatório, vale-refeição sob forma de vale refeição ou vale alimentação, conforme a escolha de cada um, correspondente ao valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), por dia útil de trabalho mensal, obedecidos os descontos previstos no parágrafo quarto dessa cláusula.

Parágrafo Primeiro: Para os Jovens Aprendizizes será concedido, mensalmente, vale-refeição no valor de R\$ 12,60 (doze reais e sessenta centavos), por dia útil de trabalho, observados os descontos previstos no parágrafo quarto dessa cláusula.

Parágrafo Segundo: Para os empregados com jornada de trabalho diária inferior a 08 (oito) horas, será concedido mensalmente o Vale Refeição no valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), por dia de trabalho, observados os descontos previstos no parágrafo quarto desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: O benefício do vale-refeição será mantido durante o afastamento do empregado (a), até o décimo quinto (15º) dia.

Parágrafo Quarto: Os valores serão compartilhados entre a Empresa, os Empregados e os Jovens Aprendizizes, com participação de 10% do valor de seu custeio, por parte dos beneficiados, mediante desconto em folha, calculado sobre o valor total dos vales concedidos no mês.

CLÁUSULA OITAVA - VALE ALIMENTAÇÃO

A UNICOOPMED concede diretamente a seus empregados, em efetivo exercício, sem caráter remuneratório ou salarial, diretamente aos seus empregados, um auxílio alimentação no valor de R\$ 863,96 (oitocentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos).

Parágrafo Primeiro: Os valores serão compartilhados entre a empresa e os empregados, que participarão com 1% do valor concedido, mediante desconto em folha.

Parágrafo Segundo: A concessão do auxílio alimentação, previsto no caput desta cláusula, não se estenderá aos Jovens Aprendizizes e, será efetivado por intermédio de cartão magnético a ser providenciado e custeado pela empregadora.

Parágrafo Terceiro: O benefício do vale alimentação será mantido durante o afastamento do empregado (a), em percepção do auxílio doença, conforme o caso, até o sexto (6º) mês de afastamento.

CLÁUSULA NONA - VALE-REFEIÇÃO EM HORA EXTRA

A empregadora proporcionará, vale-refeição no seu valor integral, sem caráter remuneratório ou salarial e nos moldes habituais de participação, aos seus empregados, que estendam sua jornada de trabalho, através de jornada extraordinária, por período superior a 02 (duas) horas, a partir do término da jornada normal de trabalho.

Parágrafo Primeiro: Para o horário extraordinário dos empregados em geral referido na Cláusula 17 do presente acordo, cujo trabalho venha a ser realizado em sábados, domingos e feriados, o empregado somente terá direito ao vale-refeição de que trata o *caput* dessa cláusula, caso realize jornada por período superior a 04 (quatro) horas consecutivas.

Parágrafo Segundo: Os vales-refeição previstos nesta cláusula, referentes ao horário extraordinário, serão fornecidos ao empregado, juntamente com os vales do horário normal, no mês imediatamente seguinte ao da realização das horas extraordinárias, e descontados na forma do parágrafo primeiro da cláusula sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA - ASPECTO LEGAL

Tendo em vista o caráter indenizatório, e considerando o fim social das cláusulas que estabelecem pagamento de vale alimentação/vale refeição, auxílio alimentação, os referidos pagamentos não serão considerados salário, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO

A empregadora participará no custeio da educação de seus empregados, que tenham contrato de trabalho com ela firmado no mínimo há um (1) ano, nos cursos do ensino fundamental, médio, graduação, pós-graduação na modalidade de especialização ou mestrado, observado o disposto nos parágrafos seguintes:

Parágrafo Primeiro: Para custeio em cursos de pós-graduação ou mestrado, a escolha do colaborador deverá incidir em um ou outro curso e o benefício será auferido em apenas uma oportunidade.

Parágrafo Segundo: A participação da empregadora, no custeio da educação de seus empregados, ficará limitada aos seguintes níveis de ensino e respectivos valores:

Ensino Fundamental e Médio	R\$ 324,10 por mês
Nível de Graduação	R\$ 959,14 por mês equivalente ao valor para 20 créditos
Pós-graduação na modalidade de especialização ou Mestrado.	R \$12.652,35 por curso

Parágrafo Terceiro: O auxílio previsto no parágrafo anterior, para graduação universitária, incluindo os tecnólogos, ficará limitado aos seguintes cursos:

- I. Administração de Empresas;
- II. Administração Hospitalar;
- III. Ciências Contábeis;
- IV. Ciências da Computação;
- V. Ciências Econômicas;
- VI. Ciências Atuariais;
- VII. Ciências Jurídicas;
- VIII Comunicação Social, nas especialidades de Jornalismo; Publicidade e Relações Públicas;
- IX. Psicologia;
- X. Serviço Social e
- XI. – Enfermagem.

Parágrafo Quarto: Os cursos pós-graduação na modalidade de especialização ou Mestrado, contemplados no presente acordo estarão cumulativamente sujeitos a aprovação do empregador, deverão estar relacionados com a listagem do parágrafo anterior e, relacionados com a atividade desenvolvida no setor em que o empregado estiver trabalhando.

Parágrafo Quinto: A participação da empregadora fica restrita ao número de anos ou semestres em que é originariamente oferecido o curso, sendo que, para graduação universitária, haverá tolerância de dois (2) semestres, devendo o empregado, quando solicitar o custeio, comprovar, com documentação emitida pela entidade promotora do curso, o tempo previsto para a sua conclusão.

Parágrafo Sexto: Na tolerância prevista no **parágrafo anterior** dessa cláusula, estão incluídas eventuais suspensões (trancamento) de matrícula, sendo que os dois (2) semestres serão computados quando ocorrerem de forma corrida ou intercalada.

Parágrafo Sétimo: A concessão do auxílio-educação, ainda, estará sujeito às seguintes condições:

I. Concessão da integralidade do valor no caso do empregado cursar 20 créditos por semestre, sendo que para número superior ou inferior, o valor será proporcional aos créditos efetivamente cursados e documentalmente comprovados pelo empregado, quando solicitar o benefício;

II. Concessão de valores calculados de forma proporcional, no caso do empregado cursar número de créditos superior ou inferior a 20 (vinte), por semestre, situação em que será considerado para cada crédito o valor de R\$ 47,96 (quarenta e sete reais, noventa e seis centavos).

III. Aos empregados que já estejam com o curso em andamento ou suspenso, sem a percepção do auxílio, será ele concedido para o período oficial que faltar para a conclusão do curso, mediante comprovação a ser feita pelos mesmos, dos créditos das disciplinas cursadas e do tempo que resta para a sua conclusão;

IV. A interrupção ou suspensão do contrato de trabalho, em qualquer das suas modalidades, por período superior a 90 (noventa) dias, implicará na interrupção do pagamento do auxílio-educação;

V. O auxílio é limitado a 1(um) curso de graduação e, 1(um) curso de pós-graduação ou especialização, sendo que nos cursos promovidos pela área de Desenvolvimento Humano da empregadora, a participação fica sujeita a prévia aprovação do Diretor da área onde trabalha o empregado e, da Diretoria Administrativa;

VI. Fica a critério do empregado, a escolha pela participação em curso de graduação ou especialização, dentre aqueles promovidos pela área de Desenvolvimento Humano ou, por outra instituição de ensino de seu interesse, desde que observados os critérios ajustados no parágrafo terceiro desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO

Fica estabelecido que os cursos oferecidos gratuitamente pelo empregador, ou com estipêndio parcial, mediante prévia solicitação por parte do empregado e autorizados previamente pela empregadora, quando realizados durante jornada de trabalho, serão computados como hora trabalhada normal, sem descontos e, quando realizados fora da jornada de trabalho, não darão direito ao pagamento de horas extraordinárias

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Os empregados farão jus, conforme regulamento anexo, à assistência médica igual à ofertada pela UNIMED OPERADORA aos consumidores, sob o título CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, COLETIVO POR ADESÃO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA – abrangência nacional, levando-se em conta os seguintes valores de mensalidades de acordo com a faixa etária:

Faixa de Idade	Valor da Mensalidade
de 0 a 18 anos	R\$ 111,35
de 19 a 23 anos	R\$ 144,76
de 24 a 28 anos	R\$ 144,76
de 29 a 33 anos	R\$ 178,16
de 34 a 38 anos	R\$ 178,16
de 39 a 43 anos	R\$ 211,57
de 44 a 48 anos	R\$ 211,57
de 49 a 53 anos	R\$ 256,12
de 54 a 58 anos	R\$ 256,12
59 ou mais	R\$ 378,61

Parágrafo Primeiro: O empregado na condição de beneficiário titular, participará do valor de sua mensalidade com o percentual de 0,1% calculado sobre o valor de seu salário base.

Parágrafo Segundo: Observada a tabela abaixo, haverá, por parte do empregado, a participação no valor da mensalidade, no percentual de 50%(cinquenta por cento) para cada filho e, de 30%(trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento) para cada dependente inscrito regularmente pelo empregado titular, na condição de esposo(a), companheiro(a), desde que apresente a comprovação legal de existência de união estável.

Faixas Salariais dos Empregados – Salário Base + Gratificação de Função	Participação dos Empregados	Participação da Unimed/RS
até 06 Salários Mínimos	50%	50%
+ de 06 até 08 Salários Mínimos	55%	45%
+ de 08 até 12 Salários Mínimos	60%	40%
+ de 12 até 16 Salários Mínimos	65%	35%
+ de 16 Salários Mínimos	70%	30%

Parágrafo Terceiro: Os pais dos beneficiários titulares contratados até 30 de abril de 2019, poderão ser inscritos como dependentes no Plano de Saúde desde que sejam, comprovadamente, seus dependentes legais, sem participação da empregadora nos valores das mensalidades. As taxas de participação das consultas e exames complementares devem ser assumidas integralmente pelo beneficiário titular.

Parágrafo Quarto: Para as novas contratações realizadas a partir de 1º de Maio de 2019, não será permitida a inclusão de pais como dependentes destes trabalhadores, no Plano de Saúde disponibilizado pela empregadora.

Parágrafo Quinto: Pela utilização do Plano de Assistência à Saúde em consultas, tanto o beneficiário titular quanto seus dependentes inscritos, participarão com o valor de R\$ 26,30(vinte e seis reais e trinta centavos) por consulta.

Parágrafo Sexto: A empregadora arcará com os valores de consultas com fisioterapia e fisioterapia excedentes às previstas no benefício assistencial à saúde, quando realizadas por seus empregados e decorrentes de Lesão por Esforço Repetitivo, comprovada por laudo de médico credenciado, sem que esta extensão assistencial signifique reconhecimento de moléstia ocupacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MANUTENÇÃO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À SAÚDE

No caso de aposentadoria, mesmo que por invalidez, e outros desligamentos, desde que solicitado formalmente, nos termos do disposto nos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, poderá ser mantido o Plano Assistencial à Saúde, obedecidos os prazos e condições da referida Lei.

Parágrafo Único: No caso de manutenção do benefício assistencial à saúde, nos termos do caput da presente cláusula, os empregados, seus dependentes, cônjuges, companheiros/companheiras e pais, arcarão com os valores integrais das mensalidades previstas na cláusula 12 e despesas de utilização do Plano Assistencial à Saúde, em valores iguais àqueles praticados pela UNICOOPMED em relação aos demais

usuários empregados, devendo o empregado assinar um termo de compromisso com a UNICOOPMED, quanto à responsabilidade assumida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Fica mantido o plano de assistência odontológica atualmente instituído pela UNICOOPMED em parceria com a UNIODONTO.

Parágrafo Único: Os empregados participarão com o percentual de 0,05% (zero virgula zero cinco por cento) do valor da mensalidade do plano odontológico, e para inclusão e utilização de dependentes será o empregado responsável pelo pagamento da respectiva mensalidade de cada dependente incluído.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE

Fica estabelecido o pagamento, pela UNIMED/RS, respeitado o teto máximo de R\$ 840,44 (oitocentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), ao (a) empregado (a), inclusive casais homoafetivos, que tenham filhos com idade de até 06 (seis) anos, de auxílio-creche no valor de 60% (sessenta por cento) da mensalidade e da matrícula paga pelo (a) empregado (a) para manutenção de seus filhos na creche, obedecidos os parágrafos desta cláusula.

Parágrafo Primeiro: Será assegurado o pagamento do benefício até o final do ano letivo em curso para os filhos que completarem os 6 anos de idade no período de 1º de abril até 30 de dezembro do respectivo ano.

Parágrafo Segundo: Será assegurado o pagamento do benefício até 31 de março do ano seguinte para os filhos que completarem 6 anos no período compreendido entre 31 de dezembro e 31 de março do ano seguinte.

Parágrafo Terceiro: Para os empregados cuja esposa ou companheira trabalhe fora de casa, será igualmente concedido um auxílio-creche conforme valor constante no caput desta cláusula, desde que a esposa não receba auxílio-creche ou benefício similar por parte de sua empresa-empregadora, ressalvado o disposto no parágrafo abaixo.

Parágrafo Quarto: A concessão do auxílio previsto no *caput* e no Parágrafo Primeiro desta cláusula, dependerá da aprovação prévia da empregadora, quanto ao ressarcimento do valor pago pelo (a) empregado (a) a título de mensalidade e matrícula na creche.

Parágrafo Quinto: As partes acordam que a concessão da vantagem contida no "caput" desta cláusula atende ao disposto nos Parágrafos 1º e 2º do artigo 389 da CLT, da Portaria nº1, baixada pelo Diretor Geral Do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, em 15.01.1969, D.O.U. DE 24.01.69, bem como nas Portarias nº 3.296, de 03.09.86 e 670, de 20.08.97, do Ministério do Trabalho.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA

A empregadora manterá junto à seguradora de sua escolha, seguro de vida para todos empregados regularmente a seu serviço.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORÁRIO DE TRABALHO

O horário de trabalho dos empregados da UNICOOPMED, em decorrência desse acordo coletivo de trabalho, será de Segunda a Sexta-feira, nos seguintes horários:

Empregados em geral: das 08:00 às 12:10 e das 13:30 às 18:08;

Porteiros: Jornada 12 x 36 (escalas). Por interessar a ambas as partes e porque as características que envolvem as atividades dos porteiros adotam, exclusivamente, para o empregados que trabalham no Setor de Portaria, a implantação do regime de escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

Parágrafo Primeiro: As horas excedentes à oitava hora, de cada jornada dos empregados do Setor de Portaria, não serão consideradas extraordinárias.

Parágrafo Segundo: A jornada no regime de escala 12 x 36, será praticada em turnos das 07:00 às 19:00 e das 19:00 às 7:00, com 1 (uma) hora de intervalo destinada a alimentação e repouso na escala.

Parágrafo Quarto: O setor de Serviços Gerais poderá ter empregados com horário de trabalho das 07:00 às 11:10 e das 12:30 às 17:08, a fim de suprir as necessidades do setor, respeitando a jornada diária de 08 horas e 48 minutos.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

Com objetivo de ser dispensado o trabalho aos sábados, estipula-se a jornada compensatória de 48 (quarenta e oito) minutos diários, a serem trabalhados de Segunda a Sexta-feira, sempre respeitado o limite da jornada de trabalho semanal de 44h (quarenta e quatro) horas, sem que esse acréscimo seja considerado como horas extras, desde que atendido o requisito de autorização prévia previsto no art. 60 da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS

A duração diária de trabalho dos empregados, tal como prevista na cláusula 18ª deste acordo, poderá ser acrescida de horas suplementares, sem acréscimo adicional de horas extraordinárias, na modalidade de **COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS**, nos termos das cláusulas subseqüentes, integrantes deste acordo.

Parágrafo Primeiro: A modalidade **COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** somente será válida e aplicável para os empregados que registram suas jornadas de trabalho.

Parágrafo Segundo: Somente serão considerados para o **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** os primeiros **72 (setenta e dois)** minutos das horas extras realizadas nos dias úteis, sendo que a hora extra que ultrapasse estes minutos não será computada para efeitos do **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS**, sendo paga na folha de pagamento mensal.

Parágrafo Terceiro: Quando da realização de horas extras em sábados, domingos e feriados, somente serão consideradas para o **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** as **08 (oito)** primeiras horas de trabalho.

Parágrafo Quarto: As horas extras que ultrapassem as 08(oito) primeiras horas de trabalho de que trata o caput da presente cláusula, não serão computadas para efeitos do **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** e o pagamento das mesmas, com os devidos acréscimos legais, serão pagas na folha de pagamento mensal.

Parágrafo Quinto: É de **44 (quarenta e quatro)** horas semanais o limite máximo que pode ser lançado no **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** sendo que, alcançado este limite, todas as demais horas extras realizadas serão pagas, não podendo novas horas serem agregadas antes que haja a devida compensação.

Parágrafo Sexto: Cada hora lançada a crédito do **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** dará direito, ao empregado de compensar uma hora em horário normal de expediente.

Parágrafo Sétimo: Os períodos de apuração serão de **30 (trinta)** dias e ocorrem nos dias **20 (vinte)** de cada mês.

Parágrafo Oitavo: Os períodos de encerramento serão de **90 (noventa)** dias e ocorrem nos dias **20 de março, 20 de junho, 20 de setembro e 20 de dezembro**.

Parágrafo Nono: Os saldos credores serão pagos no mês de encerramento de cada período e os saldos devedores serão descontados igualmente no mês de encerramento de cada período.

Parágrafo Décimo: Apurando-se saldo credor a favor do empregado, no encerramento de cada período, as horas constantes no **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** serão pagas com os adicionais legais e com base no valor do salário da efetiva data do pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro: Apurando-se, no mesmo período, saldo devedor contra o empregado, será este descontado do salário, levando em conta o valor da hora normal, exceto nos períodos finais de apuração de 30.04.2022.

Parágrafo Décimo Segundo: Ocorrendo pedido de demissão, formulado pelo empregado antes de um período de apuração, o saldo será apurado e havendo saldo credor ou devedor, o pagamento ou o desconto, se for o caso, será procedido junto com a rescisão do contrato de trabalho.

Parágrafo Décimo Terceiro: Sendo rescindido o contrato de trabalho por iniciativa de empregadora, esta não poderá cobrar o saldo devedor do empregado, nem mesmo através do mecanismo de compensação e o pagamento do saldo credor, se for o caso, será realizado quando da rescisão do contrato de trabalho.

Parágrafo Décimo Quarto: Tanto quanto não haverá desconto por faltas, pelo ingresso de empregado, com atraso de até 05 (cinco) minutos, em cada turno de trabalho, igualmente não será considerada, como extraordinária, a jornada excedente de 05 (cinco) minutos em cada turno, tal como registrada, nem os 15 (quinze) minutos que antecederem aos horários de entrada.

Parágrafo Décimo Quinto: As horas extras realizadas serão calculadas com acréscimo de 50% sobre a hora normal para as primeiras duas horas; o adicional passará para 100% para as horas extras que excedam as duas primeiras horas, e será com acréscimo de 150% sobre a hora normal em relação às horas extras realizadas em domingos e feriados.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPENSA DE REGISTRO DE PONTO NO HORÁRIO DE INTERVALO INTRAJORNADA

Sem que haja qualquer supressão de tempo do intervalo intrajornada, a empresa poderá dispensar a marcação de cartão ponto nos períodos de intervalo intrajornada.

Parágrafo Primeiro: Não serão consideradas horas extraordinárias a permanência do empregado nas dependências da empresa para exercer atividades particulares (descanso, estudo, lazer, alimentação, atividades de relacionamento pessoal, higiene pessoal, troca de roupas ou uniforme).

Parágrafo Segundo: Fica o empregado obrigado a proceder ao registro de ponto na eventualidade de permanecer nas dependências da empresa, sempre que estiver efetivamente à disposição do empregador, executando ou aguardando ordens.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FÉRIAS

A empregadora complementarará em valores correspondentes até limite de 50% (cinquenta por cento) da remuneração base de cada empregado o abono salarial referente a 1/3 (um terço) das férias, cujos valores serão alcançados juntamente com o pagamento das férias.

Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - INICIO DO GOZO DE FÉRIAS

O período de gozo de férias, individuais ou coletivas, não poderá iniciar no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado, nos termos do art. 134 § 3º da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PARCELAMENTO DE FÉRIAS

As férias de 30(trinta) dias, com a anuência dos responsáveis pelas áreas, poderão ser gozadas de forma parcelada em três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias, e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos.

Parágrafo Único: As férias, ou parte delas, não poderão ser gozadas após o vencimento do segundo período.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - LICENÇA GESTANTE

Por fazer parte do Programa Empresa Cidadã, é garantido à empregada a prorrogação por 60(sessenta) dias da licença maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal.

Parágrafo Primeiro: Para usufruir da prorrogação de que trata o caput da presente cláusula, deverá a empregada requerer o benefício até o final do primeiro mês após o parto e sua concessão ocorrerá a partir do dia subsequente ao término da vigência da licença-maternidade.

Parágrafo Segundo: Sob pena de perda do direito à prorrogação, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada no período de licença-maternidade e o filho ou filha deverá ser mantida sob os cuidados da mãe.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA PATERNIDADE

Fica assegurado aos empregados a licença paternidade pelo prazo de 10 dias a contar da data do nascimento do filho, desde que devidamente comprovado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA DE ANIVERSÁRIO

Desde 1º de maio de 2006, os empregados estão dispensados de comparecer ao trabalho no dia de seu aniversário, sem prejuízo de seu salário, férias, banco de horas e demais direitos trabalhistas.

Parágrafo Único: Fica autorizado o gozo da dispensa do trabalho em razão do aniversário do empregado em outro dia de escolha do trabalhador, quer por motivo de troca ou por coincidir com Sábados, Domingos ou feriados, desde que previamente ajustado com sua liderança.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA POR FALECIMENTO

Os empregados poderão deixar de comparecer ao trabalho, sem prejuízo da remuneração, no prazo de 5(cinco) dias consecutivos por ocasião do falecimento de cônjuge, filhos, pais, irmãos ou pessoa declarada como dependente em sua CTPS ou Declaração de Imposto de Renda.

Parágrafo Único: A referida licença será acrescida de 1(um) dia caso as cerimônias fúnebres sejam realizadas fora da grande Porto Alegre ou região metropolitana.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PROGRAMA DE GINÁSTICA LABORAL

As partes reconhecem que a empregadora possui à disposição de seus empregados um programa de ginástica laboral, para prevenir sobrecarga psíquica, muscular estática de pescoço, ombros, dorso e membros superiores, durante 15 (quinze) minutos, três dias por semana, sendo facultativa ao empregado a sua participação.

Parágrafo Único: O tempo da ginástica laboral, limitado a 15 (quinze) minutos – não será incluído nas pausas e intervalos estabelecidos.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REMOÇÃO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A empregadora firmará contrato de prestação de serviços com terceiros, visando implantação de um serviço de remoção e transporte terrestre de emergência e urgência (SOS), obrigando-se a nele incluir, sem ônus, seus empregados e a permitir que os mesmos incluam seus dependentes legais, contanto que se responsabilizem pelo custeio, integral, dos valores decorrentes desta inclusão.

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA DE DIRIGENTE SINDICAL

Desde que comunicado expressamente com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, o empregador deverá dispensar o empregado Dirigente Sindical, sem prejuízo de sua remuneração, a pedido do Sindicato obreiro.

Parágrafo Único: A dispensa de que trata a presente cláusula, fica limitada a uma oportunidade por mês e a um Dirigente Sindical, exceto quando comprovadamente se tratar de participação em audiências ou eventos condizentes com a função.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA CONTRIBUIÇÃO/QUOTA NEGOCIAL AO SINDICATO PROFISSIONAL

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista as recentes alterações promovidas pela Lei 13.467/17, considerando que o sindicato representa a toda a categoria e não somente aos associados da entidade, inclusive ao firmar o presente Acordo Coletivo de Trabalho, beneficiando os representados por este instrumento coletivo, bem como o fato de que ainda recai sobre a entidade sindical todas as obrigações previstas no artigo 514 da CLT, o empregador procederá de todos os seus empregados representados pelo sindicato profissional acordante, desconto à título de quota negocial 2021 equivalente a um dia de trabalho, a incidir sobre o salário de competência de dezembro de 2021, já reajustado, valor a ser descontado na folha de pagamento do mesmo mês.

Parágrafo Primeiro – Ficam isentos da quota negocial relativa ao ano de 2021 os trabalhadores que contribuíram com a contribuição sindical prevista no artigo 579 da CLT referente a este mesmo ano e os sócios do sindicato.

Parágrafo Segundo - Os valores deverão ser recolhidos ao sindicato profissional, mediante guias ou recibos próprios, documentos esses que deverão estar acompanhados da relação nominal dos empregados, com indicação dos valores individuais descontados.

Parágrafo Terceiro– O recolhimento é de responsabilidade do empregador e deverá ser procedido até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto, sob pena de pagamento de multa de 2% (dois por cento), além da correção monetária e juros.

Parágrafo Quarto – Qualquer controvérsia envolvendo a quota negocial será de responsabilidade do sindicato dos trabalhadores, eximindo-se a **UNICOOPMED - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS DO RIO GRANDE DO SUL LTDA** de qualquer encargo nesse sentido. Na eventualidade de o empregador da categoria econômica ser demandado judicialmente por um empregado por conta da quota ora prevista, visando o ressarcimento desta, a entidade profissional poderá ser chamada ao processo como litisconsorte passivo. Havendo o chamamento, e mesmo na hipótese de não haver deferimento judicial deste, caso haja condenação, com trânsito em julgado, e comprovado que o empregador promoveu efetiva defesa judicial, o sindicato obreiro será responsável pela devolução do desconto procedido a este título nos termos e critérios da condenação.

Paragrafo quinto: Fica vedada qualquer conduta antisindical por parte do empregador que incentive ou favoreça o trabalhador a apresentar o termo de oposição junto ao sindicato profissional. Uma vez comprovada a conduta através de declaração judicial, será devida ao sindicato profissional uma multa de 10% (dez por cento) dos recolhimentos devidos pela totalidade dos trabalhadores representados pelo sindicato acordante que laboram na empresa.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - APLICAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

As regras reproduzidas no presente acordo estipulam em caráter normativo as condições de trabalho aplicáveis às relações trabalhistas firmadas, exclusivamente, entre a UNICOOPMED e seus empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ULTRATIVIDADE DA NORMA COLETIVA

As partes ajustam que todas as cláusulas do presente acordo coletivo de trabalho estarão asseguradas após a data base e permanecerão em vigor até a celebração de novo instrumento coletivo

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PENALIDADE

O não cumprimento de quaisquer dispositivos do presente acordo penalizará a empregadora, em relação ao(s) empregado(s) prejudicado(s), com multa indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da prestação pecuniária não satisfeita.

JULIO CESAR JESIEN

Presidente

SIND PROF ENF TEC DUCH MAS EMP HOSP CASAS SAUDE RS

JOSE MILTON CUNHA MIRENDA

Diretor

**UNICOOPMED - SOCIEDADE COOPERATIVA DE SERVICOS MEDICOS DO RIO GRANDE DO
SUL**

ANEXOS

ANEXO I - PLANO ASSISTENCIAL UNICOOPMED

BENEFÍCIOS

1.1 Observado o disposto neste Regulamento, os beneficiários do Plano Assistencial farão jus aos seguintes serviços:

- a) prestação de serviços de atendimentos e consultas médicas,
- b) prestação de serviços urgentiais, nos prontos-atendimentos e demais serviços credenciados pela EMPREGADORA;
- c) exames necessários ao diagnóstico;
- e) serviços ambulatoriais e
- f) internações hospitalares.

1.2. As pequenas cirurgias, entendidas como aquelas com porte anestésico igual a zero, igualmente poderão realizar-se, a juízo do médico cooperado, no seu próprio consultório.

1.3. Os profissionais associados, suas especialidades médicas, os ambulatórios, serviços e hospitais, próprios e credenciados, são aquelas constantes do manual "Guia de Orientação ao Usuário", adiante denominado simplesmente Guia, entregue em anexo ao presente contrato, onde recairá a livre escolha do usuário.

1.3.1. O Guia será renovado periodicamente, competindo ao beneficiário informar-se, perante o médico associado e perante a COOPERATIVA, das alterações verificadas entre uma edição e outra, para fins de exercício regular dos direitos conferidos por este instrumento, ressalvadas as hipóteses contratuais específicas relativas aos serviços credenciados.

1.4. O atendimento de urgência dos usuários será feito através de serviços de pronto-atendimento ou dos serviços de urgência hospitalar e ambulatorial, credenciados para este tipo de atendimento, sempre observadas às exclusões de cobertura e as carências previstas neste regulamento.

1.5. Os beneficiários terão direito a exames diagnósticos e tratamentos ambulatoriais, nos termos das cláusulas deste Regulamento, fora dos casos em que estiverem internados em hospital, a serem prestados por pessoas físicas e jurídicas credenciadas ou diretamente prestados por integrarem a própria estrutura operacional de propriedade da EMPREGADORA, sempre observados os limites deste Regulamento.

1.6. Os exames e tratamentos ambulatoriais, que sejam solicitados por médicos, enquanto necessários ao seu diagnóstico, e que serão cobertos por este contrato, são aqueles incluídos no rol de procedimentos anexo, vigente ao tempo de edição deste.

1.7. Os serviços de exames e análises clínicas serão realizados somente nos laboratórios credenciados ou próprios da EMPREGADORA.

1.8. Se os laboratórios credenciados ou próprios da UNIMED não contarem, em sua estrutura de prestação de serviços, com algum exame ou alguma análise coberta pelo presente contrato, os beneficiários, mediante autorização especial e prévia da EMPREGADORA, poderão realizar o serviço em outro laboratório da rede credenciada pela última.

2.1. Os benefícios aqui previstos excluem atendimento nos hospitais de tabelas próprias.

2.2. As pequenas cirurgias poderão realizar-se, a juízo exclusivo do médico, nos ambulatórios próprios ou locados da EMPREGADORA, ou ainda no próprio consultório do médico, sempre sendo necessária autorização prévia da última.

2.3. Observadas as limitações e exclusões, bem como o procedimento de obtenção da Autorização de Internação Hospitalar (AIH), o atendimento a ser realizado por médico cooperado, de cooperativa filiada à EMPREGADORA, nas hipóteses de internação, terá cobertura nos seguintes termos:

2.3.1. Eventos previstos no Rol de Procedimentos, anexo ao presente instrumento;

2.3.2. despesas hospitalares em acomodações semiprivativas, nos hospitais próprios ou credenciados da EMPREGADORA;

2.3.3. despesas com diárias de acompanhantes de menores de 18 (doze) anos e maiores de 60 (sessenta anos) anos, durante o período de internação contratualmente coberto;

2.3.4. despesas com serviços normais de enfermagem, durante o período de internação contratualmente coberto;

2.3.5. despesas com salas de cirurgia e parto, durante o período de internação contratualmente coberto;

2.3.6. despesas com materiais hospitalares e medicamentos previstos, durante o período de internação contratualmente coberto;

2.3.7. despesas de exames contratualmente previstos, contanto que requisitados pelos médicos cooperados, no período de internação contratualmente coberto;

2.3.8. tratamentos fisiátricos ou fisioterápicos, nos limites do presente contrato;

2.3.9. os serviços aqui convencionados serão prestados nos hospitais próprios da EMPREGADORA ou nos hospitais pela mesma credenciados, os quais serão escolhidos, pelo médico cooperado, com exceção daqueles expressamente excluídos deste contrato.

3. Estão expressamente excluídos deste Regulamento, não gerando direito a qualquer tipo de cobertura, sem prejuízo das limitações previstas nas cláusulas subseqüentes:

3.1. tratamentos clínicos e cirúrgicos experimentais

3.2. procedimentos clínicos, cirúrgicos, órteses e próteses para fins estéticos;

3.3. inseminação artificial;

3.4. tratamentos de rejuvenescimento ou emagrecimento com finalidade estética;

3.5. fornecimento de materiais, próteses, órteses, stents e medicamentos estrangeiros, ou que não estejam nacionalizados, condicionada esta exclusão à existência de similar nacional, bem como de todo e qualquer tipo de medicamento para tratamento domiciliar;

3.6. fornecimento de próteses, órteses, stents e acessórios quando não ligado ao ato cirúrgico e próteses, órteses, stents e acessórios importados mesmo ligados ao ato cirúrgico quando existir similar nacional registrado junto ao órgão ou entidade pública competentes;

3.7. todo e qualquer procedimento odontológico realizado por odontólogo;

3.8. toda e qualquer cobertura ligada à Medicina Ocupacional e ao Acidente de Trabalho;

3.9. todo e qualquer procedimento que contrarie o Código de Ética médica; e

3.10. nos serviços ambulatoriais oferecidos:

- a) todo e qualquer procedimento que implique baixa ou mesmo mais de doze horas de permanência em estabelecimento hospitalar;
- b) procedimentos diagnósticos de qualquer natureza, bem como qualquer tipo de terapêutica na especialidade de Hemodinâmica;
- c) procedimentos que exijam qualquer forma de anestesia distinta da anestesia local, da sedação ou do bloqueio e que necessitem, para realizar-se, de internação hospitalar;
- d) quimioterapia intratecal;
- e) quimioterapia que demande qualquer tipo de internação;
- f) radiomoldagens;
- g) radio-implantes;
- h) braquiterapia;
- i) nutrição enteral ou parenteral;
- j) embolizações e
- k) radiologia intervencionista.

4. Este regulamento cobre os atendimentos nele previstos, desde que realizados nos serviços médicos cooperativados e serviços auxiliares credenciados existentes no território Nacional.

4.1. A indisponibilidade dos serviços oferecidos nos serviços médicos cooperativados e serviços auxiliares próprios ou credenciados dará direito ao beneficiário de ser atendido em local referenciado pela EMPREGADORA, a expensas da última.

5. Excluem-se do presente os atendimentos domiciliares.

6. É garantido o atendimento em virtude de transtornos psiquiátricos codificados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), nas formas previstas a seguir:

6.1. emergências, preferencialmente em instalações ambulatoriais;

6.2. psicoterapia de crise, limitada ao prazo máximo de 12 (doze) semanas e sendo limitado a 12 (doze sessões) por ano, não cumulativas;

6.3. no máximo 30 (trinta) dias de internação anual em hospital psiquiátrico ou unidade de enfermaria psiquiátrica em hospital geral, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise e 8 (oito) semanas anuais de tratamento, não cumulativas, em regime de hospital-dia;

6.4. Para os diagnósticos F00 a F09, F20 a F29, F70 a F79 e F90 a F98 relacionados no CID 10, limita-se a 180 (cento e oitenta) dias anuais de tratamento, não cumulativas, em regime de hospital-dia;

6.5. no máximo 15 (quinze) dias de internação anual em hospital geral, para portadores de quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo, ou outros formas de dependência química que necessitem de hospitalização.

7. Este Regulamento somente prevê assistência aos transplantes de rim e córnea, as quais compreendem: despesas médico-hospitalares com doadores vivos; medicamentos utilizados durante a internação; despesas médicas e hospitalares da internação; acompanhamento clínico no pós-operatório, excluindo-se os medicamentos de manutenção e despesas de captação, transporte e preservação de órgãos, no território nacional, caso existentes.

7.1. É condição indispensável, para transplantes previstos neste Regulamento a inscrição prévia, por conta própria, do usuário, em uma das Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos da Administração Pública, com inteira sujeição aos critérios legais de fila única de espera e de seleção.

7.2. Excetuadas as hipóteses previstas expressamente neste Regulamento, os serviços aqui previstos somente serão prestados nos consultórios dos médicos sócios de uma cooperativa UNIMED e nos serviços hospitalares e de urgência credenciados pela mesma Cooperativa, o que significa dizer que as coberturas deste Regulamento Assistencial não abrangem despesas junto a médicos não cooperados e pagamentos de serviços efetuados em entidades que não sejam credenciadas.

7.3. Na hipótese de encontrar-se o beneficiário necessitado de atendimento de urgência ou emergência, em localidade na qual não exista UNIMED ou, mesmo existindo, não disponha de terapêutica necessária e coberta por este contrato, terá direito a ressarcir-se dos seus custos, neles se incluindo a remoção, no território nacional, quando ficar caracterizada, a pedido do médico assistente, a falta de recursos para continuidade de atenção ou ao usuário, observado o disposto nos parágrafos desta cláusula.

7.4. Os valores de ressarcimento são aqueles praticados pela Empregadora nos contratos que celebra.

7.5. O usuário ou seu responsável deverão, na necessidade de remoção, realizar contato com a Empregadora, de forma a permitir que a mesma assuma a condução do processo de remoção.

7.6. O disposto quanto à remoção, aplica-se igualmente nas hipóteses de urgência e emergência, dentro da área de abrangência geográfica do contrato, na qual for impossível a continuidade do atendimento, no local inicialmente procurado pelo usuário, contanto que o mesmo não possa, sem risco de vida, auto locomover-se.

7.7. O pedido de reembolso será instruído mediante a apresentação, pelo usuário, dos recibos originais da despesa, cópias do relatório médico que contenha a descrição do diagnóstico e do procedimento recomendado e, quando for o caso, cópia dos laudos dos exames realizados.

7.8. A EMPREGADORA fornecerá documento de identificação aos beneficiários, que lhe permitam usufruir dos serviços aqui previstos

7.9. O documento de identificação é documento pessoal e intransferível do usuário, consistindo ato ilícito, passível de punições cíveis e trabalhistas, sua utilização por terceiros.

7.10. O beneficiário obriga-se a devolver os documentos de identificação uma vez excluídos seus dependentes ou no rompimento sem continuidade do contrato de trabalho mantido.

8. A internação hospitalar será concedida somente mediante solicitação escrita do médico responsável pela internação e autorizada, quando for o caso, por médico auditor da EMPREGADORA.

8.1. A EMPREGADORA mediante exibição do documento de que fala a cláusula 8.0, emitirá autorização de internação hospitalar (AIH) para a entidade hospitalar, própria ou credenciada.

8.2. emitirá autorização de internação hospitalar (AIH) para a entidade hospitalar, própria ou credenciada.

8.3. Nas hipóteses de internação hospitalar de urgência, poderá a mesma realizar-se mediante exibição de documento identificador do beneficiário, obrigando-se o mesmo ou seu representante a comparecer à sede da EMPREGADORA, no prazo improrrogável de dois (2) dias úteis, para obtenção do fornecimento da AIH.

8.4. Reserva-se a EMPREGADORA ao direito de não reconhecer a internação dita de urgência ou emergência, sempre que a mesma não tenha este característico.

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2021/2022

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS001003/2022
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/05/2022
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR016110/2022
NÚMERO DO PROCESSO: 19964.105248/2022-10
DATA DO PROTOCOLO: 29/04/2022

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND PROF ENF TEC DUCH MAS EMP HOSP CASAS SAUDE RS, CNPJ n. 92.962.745/0001-50, neste ato representado(a) por seu ;

E

COOPERATIVA CENTRAL UNIMED DE COOPERATIVAS DE ASSISTENCIA A SAUDE DO RIO GRANDE DO SUL LTDA, CNPJ n. 87.158.507/0001-56, neste ato representado(a) por seu ;

celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01º de maio de 2021 a 30 de abril de 2022 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da(s) empresa(s) acordante(s), abrangerá a(s) categoria(s) **profissionais de enfermagem, técnicos, duchistas, massagistas e empregados em hospitais e casas de saúde**, com abrangência territorial em **Porto Alegre/RS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

Reconhecem as partes que à categoria profissional foi concedido, a título de correção salarial, o percentual de 7% (sete por cento), a contar de 1º de maio de 2021, calculado sobre o salário de 30 de abril de 2021, consoante os princípios da livre negociação estabelecidos na legislação vigente.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA QUARTA - ANTECIPAÇÃO DA 1ª PARCELA DO 13º SALÁRIO

A empregadora compromete-se a liberar 50% (cinquenta por cento) do 13º (décimo terceiro) salário do ano em curso, para os empregados que saírem em férias no período compreendido entre os meses de janeiro a junho, desde que solicitado com antecedência de até 20 (vinte) dias. O valor restante será pago no prazo legal.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA QUINTA - ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

Os empregados farão jus ao adicional de tempo de serviço que será pago a cada cinco (5) anos de trabalho na cooperativa, seguindo-se as regras abaixo:

Parágrafo primeiro: Os admitidos até 31.07.2018, farão jus ao percentual de 1%(um por cento) do salário base ao ano, até que complete 5 (cinco) anos, perfazendo um total de 5%(cinco por cento), cujo pagamento se dará a partir do segundo ano da contratação, iniciando-se a partir daí, nova contagem, até atingir o teto limite de 15%(quinze por cento).

Parágrafo Segundo: O pagamento de que trata o parágrafo primeiro, corresponderá a de 2% (dois por cento) de forma acumulada quando completados os primeiros dois anos de trabalho, e a partir daí será pago 1%(um por cento) ao ano até que se complete o percentual de 5%(cinco por cento).

Parágrafo Terceiro: Para os contratos de trabalho que em 01.05.2018, já tenham alcançado percentuais superiores ao teto de 15%(quinze por cento), em razão do tempo da contratualidade, terão garantidos os percentuais alcançados, e permanecerão nestes patamares.

Parágrafo Quarto: Contratos celebrados a partir de 01.08.2018, iniciarão a contagem do período de 5(cinco) anos na data em que forem admitidos, o que lhes dará o direito de receber depois de cumprida esta carência, o valor equivalente a 5%(cinco por cento) de seu salário base, iniciando-se a partir daí, nova contagem, até atingir o teto limite de 15%(quinze por cento).

Parágrafo Quinto: Nenhuma gratificação, adicional, benefício pecuniário, participação em resultados ou remuneração de horas extras será incluída no valor do salário-base, para efeito de apuração do Adicional por Tempo de Serviço.

Outros Adicionais

CLÁUSULA SEXTA - QUEBRA DE CAIXA

Será concedida uma gratificação, a ser paga mensalmente, a título de quebra-de-caixa, para todos os empregados que tenham responsabilidade em atividades no trato e controle de numerários, no valor de 5% (cinco por cento) do salário base.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA SÉTIMA - VALE REFEIÇÃO

É concedido aos empregados da UNIMED OPERADORA RS, mensalmente, a título indenizatório, vale-refeição sob forma de vale refeição ou vale alimentação, conforme a escolha de cada um, correspondente ao valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), por dia útil de trabalho mensal, obedecidos os descontos previstos no parágrafo quarto dessa cláusula.

Parágrafo Primeiro: Para os Jovens Aprendizizes será concedido, mensalmente, vale-refeição no valor de R\$ 12,60 (doze reais e sessenta centavos), por dia útil de trabalho, observados os descontos previstos no parágrafo quarto dessa cláusula.

Parágrafo Segundo: Para os empregados com jornada de trabalho diária inferior a 08 (oito) horas, será concedido mensalmente o Vale Refeição no valor de R\$ 25,20 (vinte e cinco reais e vinte centavos), por dia de trabalho, observados os descontos previstos no parágrafo quarto desta cláusula.

Parágrafo Terceiro: O benefício do vale-refeição será mantido durante o afastamento do empregado (a), em caso de doença ou acidente de trabalho, até o décimo quinto (15º) dia.

Parágrafo Quarto: Os valores serão compartilhados entre a Empresa, os Empregados e os Jovens Aprendizizes, com participação de 10% do valor de seu custeio, por parte dos beneficiados, mediante desconto em folha, calculado sobre o valor total dos vales concedidos no mês.

CLÁUSULA OITAVA - VALE ALIMENTAÇÃO

A UNIMED OPERADORA/RS concede diretamente a seus empregados, em efetivo exercício, sem caráter remuneratório ou salarial, diretamente aos seus empregados, um auxílio alimentação no valor de R\$ 863,96 (oitocentos e sessenta e três reais e noventa e seis centavos).

Parágrafo Primeiro: Os valores serão compartilhados entre a empresa e os empregados, que participarão com 1% do valor concedido, mediante desconto em folha.

Parágrafo Segundo: A concessão do auxílio alimentação, previsto no caput desta cláusula, não se estenderá aos Jovens Aprendizizes e, será efetivado por intermédio de cartão magnético a ser providenciado e custeado pela empregadora.

Parágrafo Terceiro: O benefício do vale alimentação será mantido durante o afastamento do empregado (a), em percepção do auxílio doença, conforme o caso, até o sexto (6º) mês de afastamento.

CLÁUSULA NONA - VALE-REFEIÇÃO EM HORA EXTRA

A empregadora proporcionará, vale-refeição no seu valor integral, sem caráter remuneratório ou salarial e nos moldes habituais de participação, aos seus empregados, que estendam sua jornada de trabalho, através de

jornada extraordinária, por período superior a 02 (duas) horas, a partir do término da jornada normal de trabalho.

Parágrafo Primeiro: Para o horário extraordinário dos empregados em geral referido na Cláusula 17 do presente acordo, cujo trabalho venha a ser realizado em sábados, domingos e feriados, o empregado somente terá direito ao vale-refeição de que trata o caput dessa cláusula, caso realize jornada por período superior a 04 (quatro) horas consecutivas.

Parágrafo Segundo: Os vales-refeição previstos nesta cláusula, referentes ao horário extraordinário, serão fornecidos ao empregado, juntamente com os vales do horário normal, no mês imediatamente seguinte ao da realização das horas extraordinárias, e descontados na forma do parágrafo primeiro da cláusula sétima.

CLÁUSULA DÉCIMA - ASPECTO LEGAL

Tendo em vista o caráter indenizatório, e considerando o fim social das cláusulas que estabelecem pagamento de vale alimentação/vale refeição, auxílio alimentação, os referidos pagamentos não serão considerados salário, não se incorporando à remuneração para quaisquer efeitos.

Auxílio Educação

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ASSISTÊNCIA À EDUCAÇÃO

A empregadora participará no custeio da educação de seus empregados, que tenham contrato de trabalho com ela firmado no mínimo há um (1) ano, nos cursos do ensino fundamental, médio, graduação, pós-graduação na modalidade de especialização ou mestrado, observado o disposto nos parágrafos seguintes:

Parágrafo Primeiro: Para custeio em cursos de pós-graduação ou mestrado, a escolha do colaborador deverá incidir em um ou outro curso e o benefício será auferido em apenas uma oportunidade.

Parágrafo Segundo: A participação da empregadora, no custeio da educação de seus empregados, ficará limitada aos seguintes níveis de ensino e respectivos valores:

Ensino Fundamental e Médio	R\$ 324,10 por mês
Nível de Graduação	R\$ 959,14 por mês è valor para 20 créditos
Pós-graduação na modalidade de especialização ou Mestrado.	R \$12.652,35 por curso

Parágrafo Terceiro: O auxílio previsto no parágrafo anterior, para graduação universitária, incluindo os tecnólogos, ficará limitado aos seguintes cursos:

- I. Administração de Empresas;
- II. Administração Hospitalar;
- III. Ciências Contábeis;
- IV. Ciências da Computação;
- V. Ciências Econômicas;
- VI. Ciências Atuariais;
- VII. Ciências Jurídicas;
- VIII Comunicação Social, nas especialidades de Jornalismo; Publicidade e Relações Públicas;
- IX. Psicologia;
- X. Serviço Social e
- XI. – Enfermagem.

Parágrafo Quarto: Os cursos pós-graduação na modalidade de especialização ou Mestrado, contemplados no presente acordo estarão cumulativamente sujeitos a aprovação do empregador, deverão estar relacionados com a listagem do parágrafo anterior e, relacionados com a atividade desenvolvida no setor em que o empregado estiver trabalhando.

Parágrafo Quinto: A participação da empregadora fica restrita ao número de anos ou semestres em que é originariamente oferecido o curso, sendo que, para graduação universitária, haverá tolerância de dois (2) semestres, devendo o empregado, quando solicitar o custeio, comprovar, com documentação emitida pela entidade promotora do curso, o tempo previsto para a sua conclusão.

Parágrafo Sexto: Na tolerância prevista no **parágrafo anterior** dessa cláusula, estão incluídas eventuais suspensões (trancamento) de matrícula, sendo que os dois (2) semestres serão computados quando ocorrerem de forma corrida ou intercalada.

Parágrafo Sétimo: A concessão do auxílio-educação, ainda, estará sujeito às seguintes condições:

I. Concessão da integralidade do valor no caso do empregado cursar 20 créditos por semestre, sendo que para número superior ou inferior, o valor será proporcional aos créditos efetivamente cursados e documentalmente comprovados pelo empregado, quando solicitar o benefício;

II. Concessão de valores calculados de forma proporcional, no caso do empregado cursar número de créditos superior ou inferior a 20 (vinte), por semestre, situação em que será considerado para cada crédito o valor de R\$ 47,96 (quarenta e sete reais, noventa e seis centavos).

III. Aos empregados que já estejam com o curso em andamento ou suspenso, sem a percepção do auxílio, será ele concedido para o período oficial que faltar para a conclusão do curso, mediante

comprovação a ser feita pelos mesmos, dos créditos das disciplinas cursadas e do tempo que resta para a sua conclusão;

IV. A interrupção ou suspensão do contrato de trabalho, em qualquer das suas modalidades, por período superior a 90 (noventa) dias, implicará na interrupção do pagamento do auxílio-educação;

V. O auxílio é limitado a 1(um) curso de graduação e, 1(um) curso de pós-graduação ou especialização, sendo que nos cursos promovidos pela área de Desenvolvimento Humano da empregadora, a participação fica sujeita a prévia aprovação do Diretor da área onde trabalha o empregado e, da Diretoria Administrativa;

VI. Fica a critério do empregado, a escolha pela participação em curso de graduação ou especialização, dentre aqueles promovidos pela área de Desenvolvimento Humano ou, por outra instituição de ensino de seu interesse, desde que observados os critérios ajustados no parágrafo terceiro desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - ASSISTÊNCIA AO DESENVOLVIMENTO

Fica estabelecido que os cursos oferecidos gratuitamente pelo empregador, ou com estipêndio parcial, mediante prévia solicitação por parte do empregado e autorizados previamente pela empregadora, quando realizados durante jornada de trabalho, serão computados como hora trabalhada normal, sem descontos e, quando realizados fora da jornada de trabalho, não darão direito ao pagamento de horas extraordinárias.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Os empregados farão jus, conforme regulamento anexo, à assistência médica igual à ofertada UNIMED OPERADORA aos consumidores, sob o título CONTRATO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE, COLETIVO POR ADESÃO, AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA, levando-se em conta os seguintes valores de mensalidades de acordo com a faixa etária:

Faixa de Idade	Valor da Mensalidade
de 0 a 18 anos	R\$ 111,35
de 19 a 23 anos	R\$ 144,76
de 24 a 28 anos	R\$ 144,76
de 29 a 33 anos	R\$ 178,16
de 34 a 38 anos	R\$ 178,16
de 39 a 43 anos	R\$ 211,57
de 44 a 48 anos	R\$ 211,57
de 49 a 53 anos	R\$ 256,12
de 54 a 58 anos	R\$ 256,12
59 ou mais	R\$ 378,61

Parágrafo Primeiro: O empregado na condição de beneficiário titular, participará do valor de sua mensalidade com o percentual de 0,1% calculado sobre o valor de seu salário base.

Parágrafo Segundo: Observada a tabela abaixo, haverá, por parte do empregado, a participação no valor da mensalidade, no percentual de 50% (cinquenta por cento) para cada filho e, de 30% (trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento) para cada dependente inscrito regularmente pelo empregado titular, na condição de esposo(a), companheiro(a), desde que apresente a comprovação legal de existência de união estável.

Faixas Salariais dos Empregados – Salário Base + Gratificação de Função	Participação dos Empregados	Participação da Unimed/RS
até 06 Salários Mínimos	50%	50%
+ de 06 até 08 Salários Mínimos	55%	45%
+ de 08 até 12 Salários Mínimos	60%	40%
+ de 12 até 16 Salários Mínimos	65%	35%
+ de 16 Salários Mínimos	70%	30%

Parágrafo Terceiro: Os pais dos beneficiários titulares contratados até 30 de abril de 2019, poderão ser inscritos como dependentes no Plano de Saúde desde que sejam, comprovadamente, seus dependentes legais, sem participação da empregadora nos valores das mensalidades. As taxas de participação das consultas e exames complementares devem ser assumidos integralmente pelo beneficiário titular.

Parágrafo Quarto: Para as novas contratações realizadas a partir de 1º de Maio de 2019, não será permitida a inclusão de pais como dependentes destes trabalhadores, no Plano de Saúde disponibilizado pela empregadora.

Parágrafo Quinto: Pela utilização do Plano de Assistência à Saúde em consultas, tanto o beneficiário titular quanto seus dependentes inscritos, participarão com o valor de R\$ 26,30 (vinte e seis reais e trinta centavos) por consulta.

Parágrafo Sexto: A empregadora arcará com os valores de consultas com fisioterapia e fisioterapia excedentes às previstas no benefício assistencial à saúde, quando realizadas por seus empregados e decorrentes de Lesão por Esforço Repetitivo, comprovada por laudo de médico credenciado, sem que esta extensão assistencial signifique reconhecimento de moléstia ocupacional.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - MANUTENÇÃO BENEFÍCIO ASSISTENCIAL À SAÚDE

No caso de aposentadoria, mesmo que por invalidez, e outros desligamentos, desde que solicitado formalmente, nos termos do disposto nos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, poderá ser mantido o Plano Assistencial à Saúde, obedecidos os prazos e condições da referida Lei.

Parágrafo Único: No caso de manutenção do benefício assistencial à saúde, nos termos do caput da presente cláusula, os empregados, seus dependentes, cônjuges, companheiros/companheiras e pais, arcarão com os valores integrais das mensalidades previstas na cláusula 12 e despesas de utilização do Plano Assistencial à Saúde, em valores iguais àqueles praticados pela Unimed em relação aos demais usuários empregados, devendo o empregado assinar um termo de compromisso com a UNIMED OPERADORA RS, quanto à responsabilidade assumida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA

Fica mantido o plano de assistência odontológica atualmente instituído pela UNIMED/RS em parceria com a UNIODONTO.

Parágrafo Único: Os empregados participarão com o percentual de 0,05% (zero virgula zero cinco) do valor da mensalidade do plano odontológico, e para inclusão e utilização de dependentes será o empregado responsável pelo pagamento da respectiva mensalidade de cada dependente incluído.

Auxílio Creche

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO CRECHE

Fica estabelecido o pagamento, pela UNIMED/RS, respeitado o teto máximo de R\$ 840,44 (oitocentos e quarenta reais e quarenta e quatro centavos), ao (a) empregado (a), inclusive casais homoafetivos, que tenham filhos com idade de até 06 (seis) anos, de auxílio-creche no valor de 60% (sessenta por cento) da mensalidade e da matrícula paga pelo (a) empregado (a) para manutenção de seus filhos na creche, obedecidos os parágrafos desta cláusula.

Parágrafo Primeiro: Será assegurado o pagamento do benefício até o final do ano letivo em curso para os filhos que completarem os 6 anos de idade no período de 1º de abril até 30 de dezembro do respectivo ano.

Parágrafo Segundo: Será assegurado o pagamento do benefício até 31 de março do ano seguinte para os filhos que completarem 6 anos no período compreendido entre 31 de dezembro e 31 de março.

Parágrafo Terceiro: Para os empregados cuja esposa ou companheira trabalhe fora de casa, será igualmente concedido um auxílio-creche conforme valor constante no caput desta cláusula, desde que a esposa não receba auxílio-creche ou benefício similar por parte de sua empresa-empregadora, ressalvado o disposto no parágrafo abaixo.

Parágrafo Quarto: A concessão do auxílio previsto no *caput* e no Parágrafo Primeiro desta cláusula, dependerá da aprovação prévia da empregadora, quanto ao ressarcimento do valor pago pelo (a) empregado (a) a título de mensalidade e matrícula na creche.

Parágrafo Quinto: As partes acordam que a concessão da vantagem contida no “caput” desta cláusula atende ao disposto nos Parágrafos 1º e 2º do artigo 389 da CLT, da Portaria nº1, baixada pelo Diretor Geral Do Departamento Nacional de Segurança e Higiene do Trabalho, em 15.01.1969, D.O.U. DE 24.01.69, bem como nas Portarias nº 3.296, de 03.09.86 e 670, de 20.08.97, do Ministério do Trabalho.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SEGURO DE VIDA

A empregadora manterá junto à seguradora de sua escolha, seguro de vida para todos empregados regularmente a seu serviço

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORÁRIO DE TRABALHO

O horário de trabalho dos empregados da UNIMED/RS, em decorrência desse acordo coletivo de trabalho, será de Segunda a Sexta-feira, nos seguintes horários:

Empregados em geral: das 08:00 às 12:10 e das 13:30 às 18:08;

Estágio Jovens Aprendizes: das 08:00 às 12:00, das 13:30 às 17:30 e das 14:00 às 18:00;

Operador de teleatendimento:A duração da jornada de trabalho dos empregados operadores em teleatendimento (**call center**), em regime de escala de trabalho a ser implementada pelo empregador e afixada no local de trabalho, com antecedência mínima de 15 dias, será de **36 (trinta e seis)** horas semanais, com uma folga por semana, recaindo uma delas em domingo ao menos uma vez por mês.

Porteiros: Jornada 12 x 36 (escalas). Por interessar a ambas as partes e porque as características que envolvem as atividades dos porteiros adotam, exclusivamente, para os empregados que trabalham no Setor de Portaria, a implantação do regime de escala de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso.

Parágrafo Primeiro: As horas excedentes à oitava hora, de cada jornada dos empregados do Setor de Portaria, não serão consideradas extraordinárias.

Parágrafo Segundo: A jornada no regime de escala 12 x 36, será praticada em turnos das 07:00 às 19:00 e das 19:00 às 7:00, com 1 (uma) hora de intervalo destinada a alimentação e repouso na escala.

Parágrafo Quarto: O setor de Serviços Gerais poderá ter empregados com horário de trabalho das 07:00 às 11:10 e das 12:30 às 17:08, a fim de suprir as necessidades do setor, respeitando a jornada diária de 08 horas e 48 minutos.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO

Com objetivo de ser dispensado o trabalho aos sábados, estipula-se a jornada compensatória de 48 (quarenta e oito) minutos diários, a serem trabalhados de Segunda a Sexta-feira, sempre respeitado o limite

da jornada de trabalho semanal de 44h (quarenta e quatro) horas, sem que esse acréscimo seja considerado como horas extras, desde que atendido o requisito de autorização prévia previsto no art. 60 da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS

A duração diária de trabalho dos empregados, tal como prevista na cláusula 18ª deste acordo, poderá ser acrescida de horas suplementares, sem acréscimo adicional de horas extraordinárias, na modalidade de **COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS**, nos termos das cláusulas subsequentes, integrantes deste acordo.

Parágrafo Primeiro: A modalidade **COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** somente será válida e aplicável para os empregados que registram suas jornadas de trabalho.

Parágrafo Segundo: Somente serão considerados para o **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** os primeiros **72 (setenta e dois)** minutos das horas extras realizadas nos dias úteis, sendo que a hora extra que ultrapasse estes minutos não será computada para efeitos do **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS**, sendo paga na folha de pagamento mensal.

Parágrafo Terceiro: Quando da realização de horas extras em sábados, domingos e feriados, somente serão consideradas para o **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** as **08 (oito)** primeiras horas de trabalho.

Parágrafo Quarto: As horas extras que ultrapassem as 08(oito) primeiras horas de trabalho de que trata o caput da presente cláusula, não serão computadas para efeitos do **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** e o pagamento das mesmas, com os devidos acréscimos legais, serão pagas na folha de pagamento mensal.

Parágrafo Quinto: É de **44 (quarenta e quatro)** horas semanais o limite máximo que pode ser lançado no **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** sendo que, alcançado este limite, todas as demais horas extras realizadas serão pagas, não podendo novas horas serem agregadas antes que haja a devida compensação.

Parágrafo Sexto: Cada hora lançada a crédito do **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** dará direito, ao empregado de compensar uma hora em horário normal de expediente.

Parágrafo Sétimo: Os períodos de apuração serão de **30 (trinta)** dias e ocorrem nos dias **20 (vinte)** de cada mês.

Parágrafo Oitavo: Os períodos de encerramento serão de **90 (noventa)** dias e ocorrem nos dias **20 de março, 20 de junho, 20 de setembro e 20 de dezembro**.

Parágrafo Nono: Os saldos credores serão pagos no mês de encerramento de cada período e os saldos devedores serão descontados igualmente no mês de encerramento de cada período.

Parágrafo Décimo: Apurando-se saldo credor a favor do empregado, no encerramento de cada período, as horas constantes no **SISTEMA DE COMPENSAÇÃO DE DÉBITO E CRÉDITO DE HORAS** serão pagas com os adicionais legais e com base no valor do salário da efetiva data do pagamento.

Parágrafo Décimo Primeiro: Apurando-se, no mesmo período, saldo devedor contra o empregado, será este descontado do salário, levando em conta o valor da hora normal, exceto nos períodos finais de apuração de 30.04.2022.

Parágrafo Décimo Segundo: Ocorrendo pedido de demissão, formulado pelo empregado antes de um período de apuração, o saldo será apurado e havendo saldo credor ou devedor, o pagamento ou o desconto, se for o caso, será procedido junto com a rescisão do contrato de trabalho.

Parágrafo Décimo Terceiro: Sendo rescindido o contrato de trabalho por iniciativa de empregadora, esta não poderá cobrar o saldo devedor do empregado, nem mesmo através do mecanismo de compensação e o pagamento do saldo credor, se for o caso, será realizado quando da rescisão do contrato de trabalho.

Parágrafo Décimo Quarto: Tanto quanto não haverá desconto por faltas, pelo ingresso de empregado, com atraso de até 05 (cinco) minutos, em cada turno de trabalho, igualmente não será considerada, como extraordinária, a jornada excedente de 05 (cinco) minutos em cada turno, tal como registrada, nem os 15 (quinze) minutos que antecederem aos horários de entrada.

Parágrafo Décimo Quinto: As horas extras realizadas serão calculadas com acréscimo de 50% sobre a hora normal para as primeiras duas horas; o adicional passará para 100% para as horas extras que excedam as duas primeiras horas, e será com acréscimo de 150% sobre a hora normal em relação às horas extras realizadas em domingos e feriados.

Controle da Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DISPENSA DE REGISTRO DE PONTO NO HORÁRIO DE INTERVALO INTRAJORNADA

Sem que haja qualquer supressão de tempo do intervalo intrajornada, a empresa poderá dispensar a marcação de cartão ponto nos períodos de intervalo intrajornada.

Parágrafo Primeiro: Não serão consideradas horas extraordinárias a permanência do empregado nas dependências da empresa para exercer atividades particulares (descanso, estudo, lazer, alimentação, atividades de relacionamento pessoal, higiene pessoal, troca de roupas ou uniforme).

Parágrafo Segundo: Fica o empregado obrigado a proceder ao registro de ponto na eventualidade de permanecer nas dependências da empresa, sempre que estiver efetivamente à disposição do empregador, executando ou aguardando ordens.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ABONO DE FÉRIAS

A empregadora complementar  em valores correspondentes até limite de 50% (cinquenta por cento) da remunera o base de cada empregado o abono salarial referente a 1/3 (um terço) das férias, cujos valores serão alcançados juntamente com o pagamento das férias.

Outras disposi es sobre férias e licenças

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - INICIO DO GOZO DE FÉRIAS

O período de gozo de férias, individuais ou coletivas, não poderá iniciar no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado, nos termos do art. 134   3  da CLT.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PARCELAMENTO DE FÉRIAS

As férias de 30(trinta) dias, com a anuência dos responsáveis pelas áreas, poderão ser gozadas de forma parcelada em três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias, e os demais não poderão ser inferiores a 5 dias corridos.

Parágrafo  nico: As férias, ou parte delas, não poderão ser gozadas após o vencimento do segundo período.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - LICENÇA GESTANTE

Por fazer parte do Programa Empresa Cidadã, é garantido   empregada a prorroga o por 60(sessenta) dias da licença maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7  da Constitui o Federal.

Parágrafo Primeiro: Para usufruir da prorroga o de que trata o caput da presente cláusula, deverá a empregada requerer o benefício até o final do primeiro mês após o parto e sua concessão ocorrerá a partir do dia subsequente ao término da vigência da licença-maternidade.

Parágrafo Segundo: Sob pena de perda do direito   prorroga o, a empregada não poderá exercer qualquer atividade remunerada no período de licença-maternidade e o filho ou filha deverá ser mantida sob os cuidados da mãe.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - LICENÇA PATERNIDADE

Fica assegurado aos empregados a licença paternidade pelo prazo de 10 dias a contar da data do nascimento do filho, desde que devidamente comprovado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA DE ANIVERSÁRIO

Desde 1º de maio de 2006, os empregados estão dispensados de comparecer ao trabalho no dia de seu aniversário, sem prejuízo de seu salário, férias, banco de horas e demais direitos trabalhistas.

Parágrafo Único: Fica autorizado o gozo da dispensa do trabalho em razão do aniversário do empregado em outro dia de escolha do trabalhador, quer por motivo de troca ou por coincidir com Sábados, Domingos ou feriados, desde que previamente ajustado com sua liderança.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA POR FALECIMENTO

Os empregados poderão deixar de comparecer ao trabalho, sem prejuízo da remuneração, no prazo de 5(cinco) dias consecutivos por ocasião do falecimento de cônjuge, filhos, pais, irmãos ou pessoa declarada como dependente em sua CTPS ou Declaração de Imposto de Renda.

Parágrafo Único: A referida licença será acrescida de 1(um) dia caso as cerimônias fúnebres sejam realizadas fora da grande Porto Alegre ou região metropolitana.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Treinamento para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PROGRAMA DE GINÁSTICA LABORAL

As partes reconhecem que a empregadora possui à disposição de seus empregados um programa de ginástica laboral, para prevenir sobrecarga psíquica, muscular estática de pescoço, ombros, dorso e membros superiores, durante 15 (quinze) minutos, três dias por semana, sendo facultativa ao empregado a sua participação.

Parágrafo Único: O tempo da ginástica laboral, limitado a 15 (quinze) minutos – não será incluído nas pausas e intervalos estabelecidos.

Primeiros Socorros

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - REMOÇÃO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

A empregadora firmará contrato de prestação de serviços com terceiros, visando implantação de um serviço de remoção e transporte terrestre de emergência e urgência (SOS), obrigando-se a nele incluir, sem ônus, seus empregados e a permitir que os mesmos incluam seus dependentes legais, contanto que se responsabilizem pelo custeio, integral, dos valores decorrentes desta inclusão.

Relações Sindicais

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - LICENÇA DE DIRIGENTE SINDICAL

Desde que comunicado expressamente com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, o empregador deverá dispensar o empregado Dirigente Sindical, sem prejuízo de sua remuneração, a pedido do Sindicato obreiro.

Parágrafo Único: A dispensa de que trata a presente cláusula, fica limitada a uma oportunidade por mês e a um Dirigente Sindical, exceto quando comprovadamente se tratar de participação em audiências ou eventos condizentes com a função.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA CONTRIBUIÇÃO/QUOTA NEGOCIAL AO SINDICATO PROFISSIONAL

Conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista as recentes alterações promovidas pela Lei 13.467/17, considerando que o sindicato representa a toda a categoria e não somente aos associados da entidade, inclusive ao firmar o presente Acordo Coletivo de Trabalho, beneficiando os representados por este instrumento coletivo, bem como o fato de que ainda recai sobre a entidade sindical todas as obrigações previstas no artigo 514 da CLT, o empregador procederá de todos os seus empregados representados pelo sindicato profissional acordante, desconto à título de quota negocial 2021 equivalente a um dia de trabalho, a incidir sobre o salário de competência de dezembro de 2021, já reajustado, valor a ser descontado na folha de pagamento do mesmo mês.

Parágrafo Primeiro – Ficam isentos da quota negocial relativa ao ano de 2021 os trabalhadores que contribuíram com a contribuição sindical prevista no artigo 579 da CLT referente a este mesmo ano e os sócios do sindicato.

Parágrafo Segundo – Os valores deverão ser recolhidos ao sindicato profissional, mediante guias ou recibos próprios, documentos esses que deverão estar acompanhados da relação nominal dos empregados, com indicação dos valores individuais descontados.

Parágrafo Terceiro – O recolhimento é de responsabilidade do empregador e deverá ser procedido até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao desconto, sob pena de pagamento de multa de 2% (dois por cento), além da correção monetária e juros.

Parágrafo Quarto – Qualquer controvérsia envolvendo a quota negocial será de responsabilidade do sindicato dos trabalhadores, eximindo-se a COOPERATIVA CENTRAL UNIMED DE COOPERATIVAS DE ASSISTENCIA A SAUDE DO RIO GRANDE DO SUL LTDA de qualquer encargo nesse sentido. Na eventualidade de o empregador da categoria econômica ser demandado judicialmente por um empregado por conta da quota ora prevista, visando o ressarcimento desta, a entidade profissional poderá ser chamada ao processo como litisconsorte passivo. Havendo o chamamento, e mesmo na hipótese de não haver deferimento judicial deste, caso haja condenação, com trânsito em julgado, e comprovado que o empregador promoveu efetiva defesa judicial, o sindicato obreiro será responsável pela devolução do desconto procedido a este título nos termos e critérios da condenação.

Parágrafo quinto: Fica vedada qualquer conduta antisindical por parte do empregador que incentive ou favoreça o trabalhador a apresentar o termo de oposição junto ao sindicato profissional. Uma vez comprovada a conduta através de declaração judicial, será devida ao sindicato profissional uma multa de 10% (dez por cento) dos recolhimentos devidos pela totalidade dos trabalhadores representados pelo sindicato acordante que laboram na empresa.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - APLICAÇÃO DO ACORDO COLETIVO

As regras reproduzidas no presente acordo estipulam em caráter normativo as condições de trabalho aplicáveis às relações trabalhistas firmadas, exclusivamente, entre a Unimed/RS – Federação das Cooperativas Médicas do RS Ltda e seus empregados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ULTRATIVIDADE DA NORMA COLETIVA

As partes ajustam que todas as cláusulas do presente acordo coletivo de trabalho estarão asseguradas após a data base e permanecerão em vigor até a celebração de novo instrumento coletivo

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - PENALIDADE

O não cumprimento de quaisquer dispositivos do presente acordo penalizará a empregadora, em relação ao(s) empregado(s) prejudicado(s), com multa indenizatória no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da prestação pecuniária não satisfeita.

JULIO CESAR JESIEN

Presidente

SIND PROF ENF TEC DUCH MAS EMP HOSP CASAS SAUDE RS

NILSON LUIZ MAY

Presidente

COOPERATIVA CENTRAL UNIMED DE COOPERATIVAS DE ASSISTENCIA A SAUDE DO RIO GRANDE DO SUL LTDA

ANEXOS

ANEXO I - PLANO ASSISTENCIAL

BENEFÍCIOS

1.1 Observado o disposto neste Regulamento, os beneficiários do Plano Assistencial farão jus aos seguintes serviços:

- a) prestação de serviços de atendimentos e consultas médicas,
- b) prestação de serviços urgentiais, nos prontos-atendimentos e demais serviços credenciados pela EMPREGADORA;
- c) exames necessários ao diagnóstico;
- e) serviços ambulatoriais e
- f) internações hospitalares.

1.2. As pequenas cirurgias, entendidas como aquelas com porte anestésico igual a zero, igualmente poderão realizar-se, a juízo do médico cooperado, no seu próprio consultório.

1.3. Os profissionais associados, suas especialidades médicas, os ambulatórios, serviços e hospitais, próprios e credenciados, são aquelas constantes do manual "Guia de Orientação ao Usuário", adiante denominado simplesmente Guia, entregue em anexo ao presente contrato, onde recairá a livre escolha do usuário.

1.3.1. O Guia será renovado periodicamente, competindo ao beneficiário informar-se, perante o médico associado e perante a COOPERATIVA, das alterações verificadas entre uma edição e outra, para fins de exercício regular dos direitos conferidos por este instrumento, ressalvadas as hipóteses contratuais específicas relativas aos serviços credenciados.

1.4. O atendimento de urgência dos usuários será feito através de serviços de pronto-atendimento ou dos serviços de urgência hospitalar e ambulatorial, credenciados para este tipo de atendimento, sempre observadas às exclusões de cobertura e as carências previstas neste regulamento.

1.5. Os beneficiários terão direito a exames diagnósticos e tratamentos ambulatoriais, nos termos das cláusulas deste Regulamento, fora dos casos em que estiverem internados em hospital, a serem prestados por pessoas físicas e jurídicas credenciadas ou diretamente prestados por integrantes a própria estrutura operacional de propriedade da EMPREGADORA, sempre observados os limites deste Regulamento.

1.6. Os exames e tratamentos ambulatoriais, que sejam solicitados por médicos, enquanto necessários ao seu diagnóstico, e que serão cobertos por este contrato, são aqueles incluídos no rol de procedimentos anexo, vigente ao tempo de edição deste.

1.7. Os serviços de exames e análises clínicas serão realizados somente nos laboratórios credenciados ou próprios da EMPREGADORA.

1.8. Se os laboratórios credenciados ou próprios da UNIMED não contarem, em sua estrutura de prestação de serviços, com algum exame ou alguma análise coberta pelo presente contrato, os beneficiários, mediante autorização especial e prévia da EMPREGADORA, poderão realizar o serviço em outro laboratório da rede credenciada pela última.

2.1. Os benefícios aqui previstos excluem atendimento nos hospitais de tabelas próprias.

2.2. As pequenas cirurgias poderão realizar-se, a juízo exclusivo do médico, nos ambulatórios próprios ou locados da EMPREGADORA, ou ainda no próprio consultório do médico, sempre sendo necessária autorização prévia da última.

2.3. Observadas as limitações e exclusões, bem como o procedimento de obtenção da Autorização de Internação Hospitalar (AIH), o atendimento a ser realizado por médico cooperado, de cooperativa filiada à EMPREGADORA, nas hipóteses de internação, terá cobertura nos seguintes termos:

2.3.1. Eventos previstos no Rol de Procedimentos, anexo ao presente instrumento;

2.3.2. despesas hospitalares em acomodações semiprivativas, nos hospitais próprios ou credenciados da EMPREGADORA;

2.3.3. despesas com diárias de acompanhantes de menores de 18 (doze) anos e maiores de 60 (sessenta anos) anos, durante o período de internação contratualmente coberto;

- 2.3.4. despesas com serviços normais de enfermagem, durante o período de internação contratualmente coberto;
- 2.3.5. despesas com salas de cirurgia e parto, durante o período de internação contratualmente coberto;
- 2.3.6. despesas com materiais hospitalares e medicamentos previstos, durante o período de internação contratualmente coberto;
- 2.3.7. despesas de exames contratualmente previstos, contanto que requisitados pelos médicos cooperados, no período de internação contratualmente coberto;
- 2.3.8. tratamentos fisiátricos ou fisioterápicos, nos limites do presente contrato;
- 2.3.9. os serviços aqui convencionados serão prestados nos hospitais próprios da EMPREGADORA ou nos hospitais pela mesma credenciados, os quais serão escolhidos, pelo médico cooperado, com exceção daqueles expressamente excluídos deste contrato.

3. Estão expressamente excluídos deste Regulamento, não gerando direito a qualquer tipo de cobertura, sem prejuízo das limitações previstas nas cláusulas subseqüentes:

- 3.1. tratamentos clínicos e cirúrgicos experimentais
- 3.2. procedimentos clínicos, cirúrgicos, órteses e próteses para fins estéticos;
- 3.3. inseminação artificial;
- 3.4. tratamentos de rejuvenescimento ou emagrecimento com finalidade estética;
- 3.5. fornecimento de materiais, próteses, órteses, stents e medicamentos estrangeiros, ou que não estejam nacionalizados, condicionada esta exclusão à existência de similar nacional, bem como de todo e qualquer tipo de medicamento para tratamento domiciliar;
- 3.6. fornecimento de próteses, órteses, stents e acessórios quando não ligado ao ato cirúrgico e próteses, órteses, stents e acessórios importados mesmo ligados ao ato cirúrgico quando existir similar nacional registrado junto ao órgão ou entidade pública competentes;
- 3.7. todo e qualquer procedimento odontológico realizado por odontólogo;
- 3.8. toda e qualquer cobertura ligada à Medicina Ocupacional e ao Acidente de Trabalho;
- 3.9. todo e qualquer procedimento que contrarie o Código de Ética médica; e
- 3.10. nos serviços ambulatoriais oferecidos:
 - a) todo e qualquer procedimento que implique baixa ou mesmo mais de doze horas de permanência em estabelecimento hospitalar;
 - b) procedimentos diagnósticos de qualquer natureza, bem como qualquer tipo de terapêutica na especialidade de Hemodinâmica;
 - c) procedimentos que exijam qualquer forma de anestesia distinta da anestesia local, da sedação ou do bloqueio e que necessitem, para realizar-se, de internação hospitalar;
 - d) quimioterapia intratecal;
 - e) quimioterapia que demande qualquer tipo de internação;
 - f) radiomoldagens;
 - g) radio-implantes;
 - h) braquiterapia;
 - i) nutrição enteral ou parenteral;
 - j) embolizações e
 - k) radiologia intervencionista.

4. Este regulamento cobre os atendimentos nele previstos, desde que realizados nos serviços médicos cooperativados e serviços auxiliares credenciados existentes no território Nacional.

4.1. A indisponibilidade dos serviços oferecidos nos serviços médicos cooperativados e serviços auxiliares próprios ou credenciados dará direito ao beneficiário de ser atendido em local referenciado pela EMPREGADORA, a expensas da última.

5. Excluem-se do presente os atendimentos domiciliares.

6. É garantido o atendimento em virtude de transtornos psiquiátricos codificados na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), nas formas previstas a seguir:

6.1. emergências, preferencialmente em instalações ambulatoriais;

6.2. psicoterapia de crise, limitada ao prazo máximo de 12 (doze) semanas e sendo limitado a 12 (doze sessões) por ano, não cumulativas;

6.3. no máximo 30 (trinta) dias de internação anual em hospital psiquiátrico ou unidade de enfermagem psiquiátrica em hospital geral, para portadores de transtornos psiquiátricos em situação de crise e 8 (oito) semanas anuais de tratamento, não cumulativas, em regime de hospital-dia;

6.4. Para os diagnósticos F00 a F09, F20 a F29, F70 a F79 e F90 a F98 relacionados no CID 10, limita-se a 180 (cento e oitenta) dias anuais de tratamento, não cumulativas, em regime de hospital-dia;

6.5. no máximo 15 (quinze) dias de internação anual em hospital geral, para portadores de quadros de intoxicação ou abstinência provocados por alcoolismo, ou outras formas de dependência química que necessitem de hospitalização.

7. Este Regulamento somente prevê assistência aos transplantes de rim e córnea, as quais compreendem: despesas médico-hospitalares com doadores vivos; medicamentos utilizados durante a internação; despesas médicas e hospitalares da internação; acompanhamento clínico no pós-operatório, excluindo-se os medicamentos de manutenção e despesas de captação, transporte e preservação de órgãos, no território nacional, caso existentes.

7.1. É condição indispensável, para transplantes previstos neste Regulamento a inscrição prévia, por conta própria, do usuário, em uma das Centrais de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos da Administração Pública, com inteira sujeição aos critérios legais de fila única de espera e de seleção.

7.2. Excetuadas as hipóteses previstas expressamente neste Regulamento, os serviços aqui previstos somente serão prestados nos consultórios dos médicos sócios de uma cooperativa UNIMED e nos serviços hospitalares e de urgência credenciados pela mesma Cooperativa, o que significa dizer que as coberturas deste Regulamento Assistencial não abrangem despesas junto a médicos não cooperados e pagamentos de serviços efetuados em entidades que não sejam credenciadas.

7.3. Na hipótese de encontrar-se o beneficiário necessitado de atendimento de urgência ou emergência, em localidade na qual não exista UNIMED ou, mesmo existindo, não disponha de terapêutica necessária e coberta por este contrato, terá direito a ressarcir-se dos seus custos, neles se incluindo a remoção, no território nacional, quando ficar caracterizada, a pedido do médico assistente, a falta de recursos para continuidade de atenção ou ao usuário, observado o disposto nos parágrafos desta cláusula.

7.4. Os valores de ressarcimento são aqueles praticados pela Empregadora nos contratos que celebra.

7.5. O usuário ou seu responsável deverão, na necessidade de remoção, realizar contato com a Empregadora, de forma a permitir que a mesma assuma a condução do processo de remoção.

7.6. O disposto quanto à remoção, aplica-se igualmente nas hipóteses de urgência e emergência, dentro da área de abrangência geográfica do contrato, na qual for impossível a continuidade do atendimento, no local inicialmente procurado pelo usuário, contanto que o mesmo não possa, sem risco de vida, auto locomover-se.

7.7. O pedido de reembolso será instruído mediante a apresentação, pelo usuário, dos recibos originais da despesa, cópias do relatório médico que contenha a descrição do diagnóstico e do procedimento recomendado e, quando for o caso, cópia dos laudos dos exames realizados.

7.8. A EMPREGADORA fornecerá documento de identificação aos beneficiários, que lhe permitam usufruir dos serviços aqui previstos

7.9. O documento de identificação é documento pessoal e intransferível do usuário, consistindo ato ilícito, passível de punições cíveis e trabalhistas, sua utilização por terceiros.

7.10. O beneficiário obriga-se a devolver os documentos de identificação uma vez excluídos seus dependentes ou no rompimento sem continuidade do contrato de trabalho mantido.

8. A internação hospitalar será concedida somente mediante solicitação escrita do médico responsável pela internação e autorizada, quando for o caso, por médico auditor da EMPREGADORA.

8.1. A EMPREGADORA mediante exibição do documento de que fala a cláusula 8.0, emitirá autorização de internação hospitalar (AIH) para a entidade hospitalar, própria ou credenciada.

8.2. emitirá autorização de internação hospitalar (AIH) para a entidade hospitalar, própria ou credenciada.

8.3. Nas hipóteses de internação hospitalar de urgência, poderá a mesma realizar-se mediante exibição de documento identificador do beneficiário, obrigando-se o mesmo ou seu representante a comparecer à sede da EMPREGADORA, no prazo improrrogável de dois (2) dias úteis, para obtenção do fornecimento da AIH.

8.4. Reserva-se a EMPREGADORA ao direito de não reconhecer a internação dita de urgência ou emergência, sempre que a mesma não tenha este característico

ANEXO II - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério da Economia na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.